

República Federativa do Brasil
ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXXI — 82º DA REPÚBLICA N.º 22.341 BELÉM — QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1972

GOVERNADOR DO ESTADO — ENG. FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
VICE-GOVERNADOR — Cel. NEWTON BURLAMAQUI BARREIRA

RESUMO DESTACADO

DECRETOS Do Governo do Estado

— x x x x —
CURSO DE SERVIÇO
S O C I A L
Da Universidade Federal
do Pará — Centro Sócio
—Econômico)

— x x x x —
ACÓRDÃOS Ns. 1.355 e
1.356
Do Tribunal de Justiça

— x x x x —
EDITAIS
Da Comarca de Belém
Da Justiça do Trabalho

— x x x x —
BOLETINS
Da Justiça Federal

SECRETARIADO

Gabinete Civil — Eng. EMMANUEL CAUBY DE FI
GUEIREDO

Gabinete Militar — Ten. Cel. JOSÉ AZEVEDO BAHIA
FILHO

Governo — Dep. ANTONIO NONATO DO AMARAL
Interior e Justiça — Dr. ODO LÚVERO CARNEIRO DE
AMORIM

Fazenda — Dr. CARLOS ALBERTO BEZERRA LAUZID.
em exercício

Viação e Obras Públicas — Eng. OSMAR PINHEIRO
DE SOUZA

Saúde Pública — Dr. OCTAVIO BANDEIRA CASCAES

Educação — Prof. JONATHAS PONTES ATHIAS

Agricultura — Eng. Agr.º EURICO PINHEIRO

Segurança Pública — Cel. Exerc. EVILÁCIO PEREIRA

Consultor Geral — Dr. SÍLVIO AUGUSTO DE BASTOS
MEIRA

Procurador — Dr. ALMIR DE LIMA PEREIRA

Serviço Público — Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO

PÁGINAS: 20 e 21

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Instruções que regulam o Concurso de Taquígrafo

Governo do Estado do Pará

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 3 DE AGOSTO

DE 1972

O Governador do Estado resolve exonerar o 1.º Ten. da Reserva da Marinha Mário Holanda Neves, do cargo em comissão de Delegado de Polícia de Santarém, Símbolo CC-22, do Quadro Permanente.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de agosto de 1972.

Eng. FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
Dr. LUIZ AUGUSTO DA COSTA PAES
Secretário de Estado de Segurança Pública em exercício (G. — Reg. n. 2525)

DECRETO DE 3 DE AGOSTO DE 1972

O Governador do Estado resolve nomear o Cel. PM Osmar Barbosa de Amorim, para exercer o cargo, em comissão, de Delegado Regional do Baixo Amazonas, Símbolo CC-16, do Quadro Permanente lotado nas Delegacias Policiais do Interior da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de agosto de 1972.

Eng. FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
Dr. LUIZ AUGUSTO DA COSTA PAES
Secretário de Estado de Segurança Pública em exercício (G. — Reg. n. 2525)

DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1972

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o decreto datado de 16 de junho de 1972 que nomeou Manoel Geraldo de Carvalho, para o cargo de Escrivão de Polícia de Capitão Poço.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1972.

Eng. FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
Dr. LUIZ AUGUSTO DA COSTA PAES
Secretário de Estado de Segurança Pública em exercício (G. — Reg. n. 2525)

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Gabinete do Secretário PORTARIA N. 023 DE 4 DE AGOSTO DE 1972

O Secretário de Estado de Governo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o senhor Rui Magno e Silva foi dispensado, a pedido, das funções de escrevente-datilógrafo que exercia nesta Secretaria,

RESOLVE:

Admitir, como diarista extranumerário a partir de primeiro de agosto do ano em curso, o senhor Aldemyr Se-

na e Feio, para exercer a função de escrevente-datilógrafo, REF III, com os vencimentos mensais de Cr\$ 118,00 (cento e dezoito reais).

Registre-se, Publique-se e Cumprase.

Secretaria de Estado de Governo, 4 de agosto de 1972.

Deputado ANTONIO AMARAL — Secretário de Estado de Governo
(G. Reg. n. 2542)

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

PORTARIA N. 061 DE 03 DE AGOSTO DE 1972

O Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, Seção I, capítulo II da Regulamentação da SEGOV aprovada pelo Decreto n. 7.395 de 31 de dezembro de 1970,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, a partir desta data, a servidora Francisca da Conceição Pereira, Arquivista Auxiliar nessa Repartição.

Dá-se ciência, cumprase e publique-se.

Dr. FERNANDO FARIA
PINTO — Diretor Geral
(G. Reg. n. 2.559)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário

RESUMO DE PORTARIAS

O Secretário de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, assinou as portarias Admitindo Para Exercerem Como Diarista a Função de Professor Não Titulado, pela verba ...

3.1 1.1 com o salário mensal de Cr\$ 113,00 a partir de 13 até 31.12.972, aos servidores abaixo mencionados:

Carolina de Farias Lima (irmã) na Escola Primária "Paula Frassinetti" em Muana

Garimar Coutinho Rodrigues, na Escola Isolada "Dr. Cipriano Santos" em Muana

Sônia Maria Silva Fernandes, na Escola Isolada "Dr. Cipriano Santos" em Muana

Maria das Graças Santa Maria no Grupo Escolar "Dr. José Malcher" em Muana

Raimundo Nonato de Oliveira Pimentel, na Escola Primária "Paula Frassinetti" em Muana

Maria José Ferreira de Azevedo, no Grupo Escolar "Lauro Sodré" em Moju

Benedita Cardoso Moraes na Escola Isolada "Santo Antônio" em Moju

Celina Lopes Gonçalves, na Escola Isolada "São João" em Moju

Juraci Freire dos Reis na Escola Isolada "São Manoel" em Moju

Dulcinéa Maria Paes Dias na Escola Isolada "São Manoel" em Moju

Creusa Bezerra de Miranda na Escola Isolada "Cel. Coutinho" em Moju

Nilza Maria Caldas da Sousa, na Escola Isolada "Menino Jesus" em Moju

Maria Alzira Pantoja dos Santos, na Escola Isolada "Diogo Henderson" em Moju

Arlindo Vieira de Sousa, na Escola Isolada "São José" em Moju

Maria de Nazaré Baia dos Santos, na Escola Isolada "Firmino da S Santos" em Moju

Maria de Nazaré Gonçalves Serrão, na Escola Isolada "Do Laranjal" em Moju

Maria de Fátima Pereira Maia, na Escola Isolada "João Tomé" em Moju

Paula Ferreira de Azevedo, na Escola Isolada "Caçual" em Moju

Maria de Nazaré Valente Lima na Escola Isolada "Fazenda Campina" em Moju

Renilda Pereira Gonçalves, na Escola Isolada "São João" em Moju

Ivone Medeiros da Costa, na Escola Primária de Macapá, em Vigia

Maria Alice Sousa Rabelo, na Escola Primária do Km. 35, em Vigia

Judith do Rosário de Souza, na Escola Primária de Sta. Luzia da Berreta, em Vigia

Elza Palheta Albuquerque, na Escola Primária de Baia Iacu, em Vigia

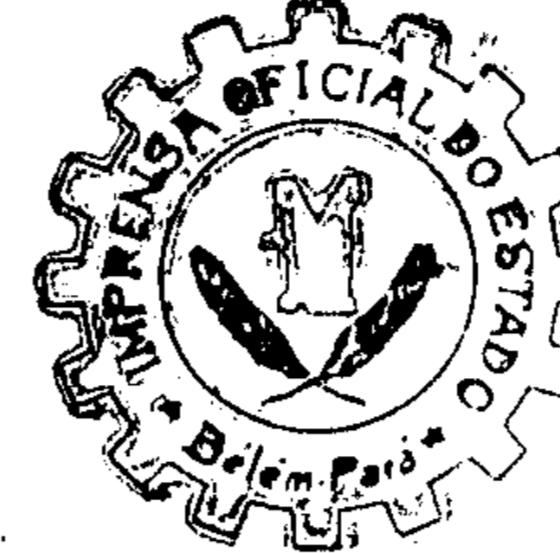
Ana Maria da Costa Neves, na Escola Primária de Baia Iacu, na Vigia

Ana Maria Alves de Sousa, na Escola Primária Itapuá, em Vigia

Odonilza Ferreira Saldanha na Escola Primária de Mara-

cajá, em Vigia
Sebastiana da Conceição Neves, na Escola Primária "Penha Longa" em Vigia
Maria José de Oliveira Barata, na Escola Primária de Sta. Maria do Guarumã, em Vigia
Risaiva Moura da Silva no Educandário "Nossa Senhora das Neves" em Vigia
Maria José Moraes de Oliveira, no Grupo Escolar "Bairro de Guajará" em Vigia
Maria Otávia Gomes Moraes, no Grupo Escolar "Prot. Castilhos França" em Vigia
Maria de Nazaré Barros do Vale, na Escola Km. 36, em Vigia
Maria de Nazaré Brabo Campo, na Escola Primária "Nossa Senhora das Neves" em Vigia
Iracema Ataide de Lima, na Escola Isolada "Vila de São João da Ponta" em São Caetano de Odivelas
Lucimar Coelho Cavalcante na Escola Isolada "Vila de São João da Ponta" em São Caetano de Odivelas
Laurinda Ferreira das Chagas, na Escola Isolada "Vila de São João dos Ramos" em São Caetano de Odivelas
Creusa Pinheiro Ferreira, na Escola Isolada "Vila de São João dos Ramos" em São Caetano de Odivelas
Rosalva Caxias de Melo, na Escola Isolada "Vila de Vilanova" em São Caetano de Odivelas
Terezinha de Melo Ferreira na Escola Isolada "Vila de Vilanova" em São Caetano de Odivelas
Maria Raimunda da Costa Monteiro, na Escola Isolada "S. Maria da Barreta" em São Caetano de Odivelas
Maria de Jesus Oliveira Fernandes, na Escola Isolada "Santa Maria da Barreta" em São Caetano de Odivelas
Hélio Rodrigues Nazaré, na Escola Isolada "Alto Pereru" em São Caetano de Odivelas
Maria dos Santos Silva, na Escola Isolada "Alto Pereru" em São Caetano de Odivelas
Miraci Cardoso das Chagas na Escola Isolada "Povoação da Santíssima Trindade" em São Caetano de Odivelas
Maria Oneide Malcher Góes

na Escola Isolada "Povoação da Santíssima Trindade" em São Caetano de Odivelas
Maria Oneide Malcher Panjoja, na Escola Isolada "Povoação da Santíssima Trindade" em São Caetano de Odivelas
Vicencia Saraiva da Cunha na Escola Isolada "Marubitanas" em São Caetano de Odivelas
Silvana Costa Sousa, na Escola Forquilha, em Ourém
Zeneide Ferreira da Cruz, na Escola Tupinambá, em Ourém
Marlene Lisboa Madalena, na Escola Isolada São Domingos do Araguaia, em São João do Araguaia
Deuzelina Costa Benigno, na Escola Isolada "São Domingos do Araguaia" em São João do Araguaia
Izabel Pereira de Souza, na Escola Isolada "São Domingos do Araguaia" em São João do Araguaia
Maria da Paz Brito Lobato no Grupo Escolar "Dr. Jayme Aben-Athar" em Gurupá
Lais E. do Nascimento, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém
Maria Oneide da Silva, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém
Maria das Graças e Sousa, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém
Maria José da Silva Esteves, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém
Raimunda Ramos Costa, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém
Maria Nogueira de Souza, na Escola Muruteua, em Ourém
Geny Dantas Nascimento, na Escola de Tauar, em Ourém
Maria de Fátima Souza Freire, na Escola Rio Grande em Ourém
Maria Isabel Oliveira, na Escola Reunida "Luiz Miranda" em Ourém
Maria das Graças Lima, no Grupo Escolar "Padre Antônio Vieira" em Ourém
Maria Trindade Gusmão, na Escola Tauar em Ourém
Antonia Viana de Lima na Escola Reunida do Garrafão "Luiz Miranda" em Ourém



Diretoria, Administração, Redação e Oficinas:
Avda. Almirante Barroso, n.º 735
Belém-Pará

FONES:
Gabinete do Diretor 26-0858
Chefia do Expediente e Redação .. 26-0859

Diretor Geral:
Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Redator Chefe:
Prof.º EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES		
Na Capital:	Cr\$	Vendas de D.O. Cr\$
Anual	115,00	Número atra-
Semestral	57,50	sado ao ano,
Número avul-		aumenta
so	0,50	0,10
Outros Esta-		Publicações
dos e Muni-		Página comum,
cípios		cada centíme-
Anual	150,00	tro
Semestral	75,00	3,00
		Página de Con-
		tabilidade —
		350,00
		preço fixo

MATERIA PARA PUBLICAÇÃO: Das 07,30 às 12,30 diariamente, excetuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do DIARIO, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar qualquer publicação.

ASSINATURAS: Capital, Interior e outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS: Redução de 50% na assinatura anual do DIARIO.

Erineide de Almeida Alves	Maria Ivani Ferreira, no Grupo Escolar "Marechal Rondon" em São Félix do Xingu
na Escola Ipiranga, em Ourém	Maria de Sousa Aragão Batasta, na Escola Reunida Ituquara, em Baião
	Maria das Graças Alves Lima, na Escola do Limão, em Ourém
	Fátima de Jesus Rodrigues

Felix, na Escola Isolada "Bacabal" em São Felix do Xingu

Maria Izabel dos Santos, na Escola Isolada "São Sebastião" em São Felix do Xingu

Carlos Pinto de Alencar, na Escola Isolada Primavera em São Felix do Xingu

Leandro Ernani dos Santos na Escola Isolada Santo Antonio, em São Felix do Xingu

Maria Lilia de Carvalho, no Grupo Escolar "Marechal Rondon" em São Felix do Xingu

Francisca Elizabeth de Souza, no Grupo Escolar "Marechal Rondon" em São Felix do Xingu

Ana Lúcia Barbosa de Andrade, na Escola Isolada "Dr. Cipriano Santos" em Muaná

Benedita Lúcia Sardinha Feio, na Escola Isolada do Povoado Palheta, em Muaná

Amaryles Gomes Alves, na Escola Isolada "do Povoado Mariahy", em Muaná

Francisca das Graças Cardoso dos Santos, na Escola Isolada São Benedito, em Muaná

Dulcinéa de Sousa Reis, na Escola Isolada "Pedro Ferreira" em Muaná

Neusa da Costa Melo, na Escola Isolada "Luz Divina" em Muaná

Zenita Ferreira Brabo, na Escola Isolada "Nossa Senhora da Guia" em Muaná

Raimunda Moraes da Silva, na Escola Isolada São Miguel do Pracuuba, em Muaná

Maria Salomé Melo e Silva, na Escola Reunida de Umarizal em Baião

Iracema Lisboa Alves, na Escola Reunida de Umarizal, em Baião

Samuel Pimentel Leão, na Escola Reunida de Umarizal, em Baião

Isaura da Silva Vilhena, na Escola Reunida de Umarizal, em Baião

Nilda Machado da Ponte Leite, na Escola Reunida de Cardoso, em Baião

Jacy Correa Arnaud, na Escola Reunida de Maracanã, em Baião

Luisa Lobo Vieira Albu-

querque, na Escola Reunida de Tenapari, em Baião

Martinha Teodora da Cunha da Silva, na Escola Reunida de Araquembaua, em Baião

Creusa Alves Pompeu, na Escola Reunida de Jutai em Baião

Maria de Jesus Maciera Rodrigues Cunha, na Escola Reunida de Jutai em Baião

Raimunda Marques Rodrigues, na Escola Reunida de Matacurá, em Baião

Creusa Viana Coelho, na Escola Reunida de Joana Peres, em Baião

Elzanira Fiel Pinto Ferreira Ramos na Escola Reunida de Acaizal, em Baião

João de Moura Moreira da Silva, na Escola Reunida de Acaizal, em Baião

Maria de Jesus de Andrade de Vasconcelos, na Escola Reunida de São Francisco, em Baião

Maria da Luz Machado Brito, no Grupo Escolar "Levindo Rocha" em Baião

Maria Águida Tocantins Nogueira, no Grupo Escolar "Levindo Rocha" em Baião

Maria Salomé Melo e Silva, na Escola Reunida de Umarizal, em Baião

Marly Medeiros Rabelo, no Grupo Escolar "Mendonça Furtado" em Almeirim

Miriam de Nazaré de Lima, no Grupo Escolar "Mendonça Furtado" em Almeirim

Francisco Benedito dos Santos, no Grupo Escolar "Mendonça Furtado" em Almeirim

Maryl Sousa Costa, no Grupo Escolar "Mendonça Furtado" em Almeirim

Francisca Oliveira Carvalho na Escola Isolada "7 de Setembro" em Almeirim

Elda Ferreira da Silva, no Grupo Escolar "Magalhães Barata" em Magalhães Barata

Alda Barroso Correa, no Grupo Escolar "Magalhães Barata" em Magalhães Barata

Marliete Ribeiro Pereira na Escola Reunida "de Cafezal" em Magalhães Barata

Luzia Malcher Monteiro, na Escola Reunida de Cafezal em Magalhães Barata

Norteneide Domar Barata,

na Escola Reunida em Nazaré do Fugido, em Magalhães Barata

Oscarina Costa, na Escola Isolada em Fazendinha, em Magalhães Barata

Teodora da Costa, no Grupo Escolar "Magalhães Barata" em Magalhães Barata

Helena Botelho da Costa, na Escola Isolada "em Algodalzinho" em Magalhães Barata

Benedita Bentes Lobo, na Escola Reunida "Herculino Bentes" em Magalhães Barata

O Secretário de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, assinou portarias Admitindo Para Exercerem Como Diarista a Função de Servente, pela verba 3.1.1.1. com o salário mensal de Cr\$ 113,00 a partir de 1/3 até 31.12.72, os servidores abaixo relacionados:

Francisca Martins Marinho, na Escola Primária "Pe. Severino Santos" em Castanhál

Francisca Belém Pacheco, no Grupo Escolar "Dr. José Malcher" em Muaná

Zaira Pacheco Gouveia, no Grupo Escolar "Dr. José Malcher" em Muaná

Francisca Chagas Jesus Cruz, na Escola Reunida "S. Miguel do Pracuuba" em Muaná

Maria de Nazaré Barata, na Escola Isolada "Cel. Coutinho" em Moju

Francelina de Sousa, na Escola Reunida de São João da Ponta em São Caetano de Odivelas

Jacira dos Santos Figueiredo, na Escola Reunida da Vila de São João dos Ramos em São Caetano de Odivelas

Leonita Ferreira dos Anjos no Grupo Escolar "Hilário Santana" em São Caetano de Odivelas

Creuza dos Reis Atalde, no Grupo Escolar "Hilário Santana" em São Caetano de Odivelas

Lidia Nogueira Barros, no Grupo Escolar "Levindo Rocha" em Baião

Eneida de Sousa Camargo na Escola Reunida "Ituquara" em Baião

Maria Termutis Maia Bar-

roso na Escola Reunida de São Francisco em Baião

Maria Zeli Barbosa de Lima, no Grupo Escolar Magalhães Barata, em Magalhães Barata

Zenaide Costa da Silva, no Grupo Escolar "Magalhães Barata" em Magalhães Barata

Raimunda Braga Monteiro na Escola Reunida de Cafezal em Magalhães Barata

Guimaraes Barbosa da Silva Ribeiro, na Escola Reunida em Nazaré do Fugido, em Magalhães Barata

Manoel Barros de Carvalho no Grupo Escolar "Mendonça Furtado" em Almeirim

Maria das Graças Ribeiro da Silva, na Escola Isolada da Vila Carananduba, em Almeirim

Raimunda Amélia Gomes Costa, no Grupo Escolar "Alice Carneiro" em Itaituba

Leonarda da Silva Santos, no Grupo Escolar "Gaspar Viana" em Itaituba

Rosalinda Teles Alves, na Escola "Brigadeiro Haroldo Veloso" em Itaituba

Terezinha dos Santos, no Grupo Escolar "Felipe Patroni" em Acará

Romana da Silva Santos, na Escola Isolada "Izabel Barral" em Acará

Maria do Perpétuo Socorro Vieira dos Santos, no G. Escolar "Antonio Cândido Machado" — Terra Alta, em Faro

Joana Flora dos Santos, na Escola Isolada da Forquilha, em Ourém

Benedita Batista Correa, na Escola Isolada de Tupinambá, em Ourém

Maria Lilia Bezerra, na Escola Isolada de Muruteua, em Ourém

Maria Pereira Lima, na Escola Isolada do Arraial do Caeté em Ourém

Francisca Domingas de Souza, na Escola Isolada do Km. 37, em Ourém

Maria das Graças Oliveira, na Escola Reunida do Garrafão "Luiz Miranda" em Ourém

Maria José Gomes, na Escola Reunida do Garrafão "Luiz Miranda" em Ourém

Lucilene Gomes da Silva, na Escola Isolada do Km.

48 em Ourém
Maria Pereira Lima, na Escola Isolada do Km. 48 em Ourém

Maria da Conceição Silva Narciso, na Escola Reunida do Garrafão "Luiz Miranda" em Ourém

A partir de 1/4 até 31.12.72 Delzira Queiroz da Silva, no Grupo Escolar "Paulo Maranhão" em Belém

Alzira Queiroz Sampaio, no Grupo Escolar "Paulino de Brito" em Belém

Benedito da Silva Cardoso, no Grupo Escolar "D. Pedro II" em Belém

Ester Neri dos Santos no Grupo Escolar "Artur Porto" em Belém

Alvina Cardoso dos Santos no Grupo Escolar "Casta e Silva" em Belém

Mário Gimenes Filho, no Grupo Escolar "Mário Chermont" em Belém

Maria Raimunda Dias de Assis, na Escola Primária "19 de Agosto" em Belém

Maria de Lourdes Ramos Rodrigues no Grupo Escolar "Artur Porto" em Belém

Maria de Nazaré Nunes Wariss, no Grupo Escolar "Jardim Passarinho" em Belém

Joana Ribeiro Afonso, no Grupo Escolar "Vilhena Alves" em Belém

Maria de Nazaré Ferreira Cordovil, no Grupo Escolar "Mário Chermont" em Belém

A partir de 28/6 até 31.12.72

Carlos Alberto Machado Borges, no Grupo Escolar "Frei Daniel" em Belém

Ana Maria Ribeiro Moura no Grupo Escolar "Carlos Guimarães" em Belém

Dorotéa Liberalina de Almeida no Grupo Escolar "Professora Anésia" em Belém

Beatriz Silva de Lacerda, na Escola Primária "Centro Social Auxilium" (Reg. de Convenio) em Belém

O Secretário de Estado de Educação, no uso de suas atribuições assinou portarias Admitindo Para Exercerem Como Diarista na Função de Professor Regente, pela verba 3.1.1.1. com o salário mensal de

Cr\$ 155,00 os servidores abaixo relacionados:

A partir de 1/1 até 31.12.72

Raimunda Celia Freitas, no Grupo Escolar "Padre Antônio Vieira" em Ourém

A partir de 1/3 até 31.12.72

Maria das Graças Correa da Silva, no Grupo Escolar "Monteiro Lobato" em Alegre

Maria Lindomar Correa, no Grupo Escolar Lameira Bittencourt em Aveiro

Ineslista Paiva da Rocha, no Grupo Escolar "Tiradentes" em Salinópolis

Maria das Graças Sousa Guimarães, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém

Macy Trindade Santiago, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém

Maria Edwiges de Almeida Costa, na Escola de Jacaraguá, em Ourém

Maria de Lourdes Lopes de Queiroz, no Grupo Escolar "Padre Antonio Vieira" em Ourém

Maria Helena da Silva Costa, na Escola Reunida de Cáfezal, em Maçalhães Barata

Laurena Holanda e Silva, na Escola Reunida "Padre José Maria do Vale" em Marapanaí

Maria da Conceição Costa Damasceno, no Grupo Escolar "Padre Antonio Vieira" em Ourém

Domingas Guilhermina dos Santos, no Grupo Escolar "Padre Antonio Vieira" em Ourém

Francisca Paula da Silva, no Grupo Escolar "Padre Antonio Vieira" em Ourém

Edina Veras Lobato, no Grupo Escolar "Pedro Alvaro Cabral" em Santarém

O Secretário de Estado de Educação, no uso de suas atribuições assinou portarias Admitindo Para Exercerem Como Diarista na Função de Professor Não Titulado, pela verba

3.1.1.1. com o salário mensal de Cr\$ 113,00 a partir de 1/3 até 31.12.72 os servidores abaixo relacionados:

Almerinda Marques Pantoja no Grupo Escolar "Julia Passarinho" em Cametá

Maria de Jesus Moraes Gócalves no Grupo Escolar "Dr. Romualdo Coelho" em Castanhal

Maria Cleide Gonçalves Cardoso, no Grupo Escolar "General Osório" em Cametá

Maria Liduina Pina de Brito, na Escola Isolada do Inacha em Cametá

Maricelia Nery Pereira, na Escola Isolada de Aricurá em Cametá

Oscarina Duarte de Moraes na Escola Isolada de Santa Maria do Maracu, em Cametá

Ioanda Laredo Góes, na Escola Reunida "Maria da Silva Nunes" em Cametá

Jorge Otmar de Assunção no Grupo Escolar "Julia Passarinho" em Cametá

Francisca Rosivalda Pires Pinto, na Escola Isolada do Paraná, em Cametá

Ana Maria Cavalheiro Cardoso, no G. E. "Prof. Basílio de Carvalho" em Abaetetuba

Raimunda Aladino Negrão de Lima, no Grupo Escolar "Prof. Basílio de Carvalho" em Abaetetuba

Auricélia Maria Ribeiro Jorge, na Escola Isolada do Jaramã, em Abaetetuba

Lena Alves Parijós no Grupo Escolar "D. Romualdo de Seixas" em Cametá

Francisca de Sousa Arnald no Grupo Escolar "Julia Passarinho" em Cametá

Crisalda Pantoja Soares, rapé-Miri

Arimar Aline Barroso Guimarães, no Grupo Escolar de Juruti, em Juruti

Balbina Oliveira dos Santos, no Grupo Escolar de Juruti, em Juruti

Raimunda Nonato de Matos, na Escola Primária "Pe Severino Santos" em Castanhal

Maria Madalena de Matos Silva, na Escola Primária "Pe. Severino Santos" em Castanhal

Eiza Alcântara Santana na Escola Reunida de Vista Alegre, em Marapanaí

Maria de Fátima Siqueira da Silva, na Escola Isolada da Povoação Maracajó, em Colares

A partir de 1/4 até 31.12.72

Maria Cesarina dos Santos Barbosa, na Escola Municipal "Mons. José Nade Azevedo" em Belém

O Secretário de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, assinou portarias Admitindo Para Exercerem Como Diarista a Função de Professor Primeiro, pela verba 3.1.1.1. com o salário mensal de

Cr\$ 122,00 a partir de 1/3 até 31.12.72 os servidores abaixo relacionados:

Dilma Gomes da Silva, no Grupo Escolar "Nossa Senhora Aparecida" em Santarém

Célia Maria Nascimento dos Reis, na Escola Reunida "Florentina Damasceno" em Ourém

Edite Paiva de Oliveira, no Grupo Escolar "Padre Antônio Vieira" em Ourém

Maria de Nazaré da Gama Melém, no Grupo Escolar "Dr. Gama Malcher" em Monte Alegre

Maria Cirena Sacramento Coelho, no Grupo Escolar "Almirante Barroso" em Moçambique

Neli Maria Moura da Figueiredo, no Grupo Escolar "Padre Anchieta" em Ananindeua

Ironildes Soares Barata no Grupo Escolar "Judith Leitão" em Marabá

Maria Lúcia Ferreira Lemos, no Grupo Escolar "Profa. Judith Leitão" em Marabá

Maria das Graças Almeida Magalhães, no Grupo Escolar "Profa. Judith Leitão" em Marabá

Luzia das Graças Carneiro Barros, no Grupo Escolar "Profa. Judith Leitão" em Marabá

Maria do Socorro Dias, no Grupo Escolar "Profa. Judith Leitão" em Marabá

A partir de 1/4 até 31.12.72

Déa Reis Cardoso, na Escola Municipal "Profa. Amália Paumgartten" em Belém

Eliana Maria Santos Neves na Escola Municipal "Profa. Amância Pantoja" em Belém

Ester Silva de Oliveira na Escola Municipal "Profa. Maria Luiza P. do Amaral" em Belém

Francisca das Chagas Brando da Fonseca, na Escola Municipal "Prof. Alzira Pernambuco" em Belém

Iracema Amaral Bomfim na Escola Municipal "Prof. Almerindo Trindade" em Belém

Iêdem Teixeira de Alcantara, na Escola Municipal "Prof. Alzira Pernambuco" em Belém

Carmen Dolores Fernandes e Silva, na Escola Municipal "Prof. Ma. Estelina Valmont" em Belém

Márcia Mendonça Vieira na Escola Municipal "Prof. Amália Paumgartten" em Belém

Maria da Conceição Ramos Tavares, na Escola Municipal "Prof. Amália Paumgartten" em Belém

Maria Celeste da Fonseca, na Escola Municipal "Pe. Leandro Pinheiro" em Belém

Maria José Costa, na Escola Municipal "Prof. Ma. Luiza F. de Amaral" em Belém

Maria Edilma Regis de Oliveira, na Escola Municipal "Prof. Alzira Pernambuco"

Oneide Santos Nascimento na Escola Municipal "Prof. Almerindo Trindade" em Belém

Rosa Maria Rosas Marques na Escola Municipal "Francisco Nunes" em Belém

Sonia Lucia Amador Rabelo, na Escola Municipal "Prof. Ma. Luiza Pinto do Amaral" em Belém

Terezinha de Jesus Apollaro, na Escola Municipal "Prof. Nelson Ribeiro" em Belém

Maria da Graça da Luz Aleixo, na Escola Primária "Humberto de Campos" em Belém

Leonice de Lourdes Pontes Sousa Peixoto, no Grupo Escolar "Augusto Olímpio" em Belém

Catharina Ribeiro da Costa na Escola Primária "Sagrado Coração de Jesus" em Belém

Silveria Cristina da Conceição, no Grupo Escolar "Rui Barbosa" em Belém

Virginia da Conceição Silveira, no Grupo Escolar "Augusto Montenegro" em Belém.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA DE SANTARÉM — (T E C E J U T A)

C.G.C. — 05.706.767/001

Assembléia Geral Extraordinária — Edital de Convocação

1.ª CONVOCAÇÃO AS 10:00 HORAS

2.ª CONVOCAÇÃO AS 15:30 HORAS

3.ª CONVOCAÇÃO AS 19:30 HORAS

1 — Ficam os Senhores Acionistas desta Companhia, convocados a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 26 de agosto de 1972, no horário acima, em nossa sede social à Avenida Senador Augusto Meira s/n., bairro da Prajinha, nesta cidade de Santarém, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) — reavaliação do Ativo Fixo da Empresa, extra índices do Conselho Monetário Nacional, bem como as diretrizes a serem observadas com vista ao objetivo
- b) — instituição de Apólices de Seguro em grupo com cobertura sobre acidentes pessoais, a favor dos empregados da Companhia.
- c) — o que ocorrer.

Santarém (PA), 1.º de agosto de 1972

Geraldo Guajaraense Braga Dias

Presidente — CPF 004354492

(T. n. 18.460. Reg. n. 3276 — Dias 5, 8, e 9.8.72)

CIAMA — CIA. DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA

Assembléia Geral Extraordinária CONVOCACAO

Convidamos os Senhores Acionistas da CIAMA — Cia de Produtos da Amazônia, para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 9 de Agosto de 1972, às 10 horas da manhã, na sua sede social, à Rodovia Arthur Bernardes, n. 2.702, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) — Alteração dos estatutos;
- b) — O que mais ocorrer.

Belém, 25 de julho de 1972

a) Ilegível Presidente

(T. n. 18.443 — Reg. n. 3.331 — Dias 3, 5 e 9.8.72)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA PIRES GUERREIRO, S/A

Assembléia Geral Ordinária CONVOCACAO

Convidamos os Senhores Acionistas, para Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 9 de Agosto de 1972, às 16 horas, na sua sede social, à Rodovia Arthur Bernardes, n. 2745, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) — Aprovação das contas da Diretoria:

Belém, 07 de agosto de 1972

ALACIU DA SILVA NUNES

— Diretor Executivo

(Ext. Reg. — n. 3399 —

Dias: 8, 9 e 10/8/72).

ANÚNCIOS

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA DE SANTARÉM — (T E C E J U T A)

C.G.C. — 05.706.767/001

Assembléia Geral Ordinária — Edital de Convocação

1.ª CONVOCAÇÃO AS 09:00 HORAS

2.ª CONVOCAÇÃO AS 11:00 HORAS

3.ª CONVOCAÇÃO AS 17:30 HORAS

1 — Ficam os Senhores Acionistas desta Companhia, convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 26 de agosto de 1972, no horário acima, em nossa sede Social, à Avenida Senador Augusto Meira s/n., bairro da Prajinha, nesta cidade de Santarém, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) — Aprovação do relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1970/71.
- b) — Eleição do Conselho Fiscal para o exercício corrente, inclusive fixação de seus honorários;
- c) — O que ocorrer.

2 — De acordo com anúncios constantes dos DIARIOS OFICIAIS do Estado, edições de 13, 14 e 15 de junho perto, acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, à Avenida Senador Augusto Meira s/n., no bairro da Prajinha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 99 do Decreto-Lei n. 2.627, de 26.09.40, correspondente ao exercício social de 1970/71.

Santarém (PA), 1.º de agosto de 1972

Geraldo Guajaraense Braga Dias

Presidente — CPF 004354492

(T. n. 18.460. Reg. n. 3276 — Dias 5, 8 e 9.8.72)

PERFUMARIAS PHEBO S.A.
CGC-MF — 04.911.095
GEMEC/RCA — 72/254

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de junho de 1972.

As 16,00 horas do dia 30 (trinta) de junho de 1972 (mil novecentos e setenta e dois), na sede social da Empresa, à Travessa Quintino Bocaiuva, n. 687, nesta cidade, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas de Perfumarias Phebo S.A. Verificada a existência de número legal de acionistas para deliberação, conforme assinaturas no livro de "Presença dos Acionistas", convocados de acordo com as normas estatutárias e, sempre na forma dos estatutos sociais, tendo sido, o Sr. Cândido Marinho da Rocha, unanimemente aclamado para presidi-la, convidou a mim, Fausto Soares Filho, para secretariá-la e declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, de acordo com o Edital de Convocação, publicado no "Diário Oficial" do Estado do Pará e nos principais órgãos de imprensa, nos seguintes termos: — **PERFUMARIAS PHEBO S.A. — CGC MF n. 04.911.095 — Sociedade de Capital Aberto GEMEC/RCA — 72/254 — Assembléia Geral Extraordinária — Convocação — Convocamos os Senhores acionistas de Perfumarias Phebo S.A., para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária a se realizar no dia 30 (trinta) de junho corrente, às 16,00 horas em nossa sede social sita à Travessa Quintino Bocaiuva, 687, nesta Cidade, para deliberarem sobre: I — Aumento do Capital Social, com incentivos Fiscais da Lei n. 5174/66; 2 — Alteração dos Estatutos; 3 — O que ocorrer. Belém, 14 de Junho de 1972. Fausto Soares Filho — Vice-Presidente. Passando à ordem do dia o Sr. Presidente franqueou a palavra ao Vice-Presidente**

da Diretoria, Sr. Fausto Soares Filho, que após tecer considerações, disse que, conforme era do conhecimento dos Srs. Acionistas a Fábrica de Belém achava-se em fase de ampliação de acordo com o projeto aprovado pela SUDAM, tendo sido captados Incentivos Fiscais que devem ser liberados, incorporados ao Capital Social. Achavam-se sobre a mesa um boletim de subscrição de ações com os referidos incentivos, no valor total de Cr\$ 878.384,00 (Oito centos e Setenta e Oito Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Cruzeiros). Propunha assim, o aumento do Capital Social de Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Cruzeiros) para Cr\$ 15.878.384,00 (Quinze Milhões, Oitocentos e Setenta e Oito Mil Trezentos e Oitenta e Quatro Cruzeiros) mediante a subscrição de 878.384 (oitocentas e setenta e oito mil, trezentas e oitenta e quatro) ações preferenciais classe "B" intransferíveis e irresgatáveis pelo prazo de 5 (cinco) anos, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada, com os recursos oriundos do Decreto Lei n. 756 de 11 de Agosto de 1969. Sendo aprovado o aumento ora proposto, deverá o Artigo 5º dos Estatutos Sociais ser modificado para refletir a alteração do Capital Social. Posta em votação a proposta, foi a mesma aprovada. Em consequência passou o Artigo 5º dos Estatutos Sociais a ter a seguinte redação: — "Artigo 5º — O Capital Social é de Cr\$ 15.878.384,00 (Quinze Milhões Oitocentos e Setenta e Oito Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Cruzeiros) representado por 15.878.384 (quinze milhões, oitocentas e setenta e oito mil, trezentas e oitenta e quatro) ações no valor nominal de Cr\$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma, assim distribuídas: 12.275.408 (Doze milhões, duzentas e setenta e cinco mil, quatrocentas e oito) ações ordinárias, ao portador ou nominativas endossáveis; 1.171.538 (Hum milhão, cento e setenta e uma mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias nomi-

nativas de incentivos fiscais; — Assistência, pp. Antonio Ramiro Santiago Vidal, Ana da Silva Dias Santiago, pp. Antonio Ramiro Santiago Vidal, David dos Santos Loureiro, Paulo de Lima Fialho, Osvaldo da Silva Pereira, Maria Odete Dias Santiago Pereira, pp. Osvaldo da Silva Pereira, Osvaldo Luiz Santiago Pereira, pp. Osvaldo da Silva Pereira, Ana Maria Santiago Pereira, pp. Osvaldo da Silva Pereira, Antonio Leal Santiago Neto, pp. Osvaldo da Silva Pereira, Luiz Otávio Santiago Pereira, pp. Osvaldo da Silva Pereira, Hamilton Cláudio Correa Costa, Fernando Alcides dos Santos, Maria da Conceição G. Santiago, pp. Mario Gouveia Santiago, Sônia Maria Santiago Ferla, pp. Mario Gouveia Santiago, Roberto Pedro Ferla, pp. Mario Gouveia Santiago, Silvio Gouveia Santiago, pp. Mario Gouveia Santiago, Lídia Santiago Quaresma, pp. Mario Gouveia Santiago, Alice Gouveia Santiago Martins, pp. Mario Gouveia Santiago, Maria Evangelina S. Carneiro da Cunha, Maria Laurentina Santiago Vidal, Dr. Pio César Lobão Portellada, Boanerges Marinho da Rocha, José Albano de Medeiros, Arceus José Joaquim Jannarelli, Ferucio Jannarelli, Maria H. A. Jannarelli Magalhães, Sônia Santiago Ferla, pp. Mario Gouveia Santiago, Silvia Maria Santiago, pp. Mario Gouveia Santiago, Mario Santiago Vidal, Deolinda Gomes Pereira Vidal, pp. Mario Santiago Vidal, Ernane Machado das Neves, Ivan Barros de Siqueira Campos, Marcos Pamplona de Mattos, Yolanda Mattos da Silva Castro, Maria Helena Mattos Cabral, Cândido Marinho da Rocha.

Confere com a Ata original, lavrada no livro próprio.

Fausto Soares Filho
Diretor Vice-Presidente
Ernane Machado das Neves
Contador — CRC PA. (IS) 11

Cartório Diniz
Reconheço as firmas supra de **Fausto Soares Filho e Ernane Machado das Neves**.
Belém, 20 de julho de 1972.
Em testemunho N.E.C.M.
de verdade.

Ney Emil da Conceição
Messias
Escrevente autorizado

Junta Comercial
Emolumentos — Cr\$ 180,00
(Cento e Oitenta Cruzeiros).
Belém, ... de de 1972.
Samuel — O funcionário

Junta Comercial do Estado
do Pará — "JUCEPA"
DECLARO para os efeitos
determinados pelas Resoluções ns. 5/71, 7/71, 8/71 e
9/71 — JUCEPA, que dei bus-
ca nos arquivos desta Repar-
tição, tendo encontrado ar-
quivado para o Ano de 1972,
o Certificado de Habilitação
Profissional do Contador (x)
ou Técnico em Contabilidade
Sr. Ernane M. Neves, CPF
MF n. 001044702, o qual foi
expedido pelo Conselho Re-
gional de Contabilidade do
Pará, em data de 24/03/1972,
sob o número de ordem 0860/
72, estando pois o referido
profissional devidamente Ha-
bilitado na conformidade do
prescrito pelo Decreto-Lei Fe-
deral n. 9.295, de 27.05.1946
a exercer sua profissão.

Belém, (PA.), 21 de julho
de 1972.

Yolanda Lobo de Brito
Of. de Administração
Padrão "H"
CPF-MF n. 007.771 882

Junta Comercial do Estado
do Pará
Esta Ata em 8 vias foi apre-
sentada no dia 20 de julho
de 1972 e mandada arquivar
por Despacho da Junta de 28
do mesmo, contendo 2 fólias
de ns. 5044-45, que vão por
mim rubricadas com o apeli-
do Tenreiro Aranha de que
faço uso. Tomou na ordem
de arquivamento o n. 1718/72.
E, para constar, eu, Carmen
Cesleste Tenreiro Aranha,
Primeiro oficial, fiz a presen-
te nota. Junta Comercial do
Estado do Pará em Belém,
28 de julho de 1972.

João Maria da Gama Aze-
vedo — Insp. Com. Respon-
dendo p/ Expediente da Se-
cretaria Geral.

Benedicto Gilberto de Aze-
vedo Pantoja — Presidente da
Junta Comercial do Estado
do Pará.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE PERFUMARIAS PHEBO

S/A.

AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "B"

CGC/MF — 04.911.095

Boletim de Subscrição de "Ações Preferenciais Classe "B", intranotáveis e investigáveis por 5 (cinco) anos, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada
uma, com recursos oriundos do Decreto-Lei n. 736 de 11 de agosto de 1969.

N.º de Ordem	Nome do Investidor	Endereço	Exercício	Total em Cr\$	N.º de Ações
01	O REI DO ARMARINHO LTDA.	Rua Dr. Costa Aguiar, 393 — Camp.	1971	7.493,00	7.493
02	HOSSNE & CIA.	Av. Pres. Antonio Carlos, 615 — 1.º GB	1971	5.435,00	5.430
03	LABORATÓRIO MAURICIO VILLELA S.A.	R. das Oficinas, 188 — Eng. Dentro — GB	1971	32.677,00	32.677
04	EMPREENDIMENTOS VILLELA S.A., Ad. e Serv. e Part.	Av. Pres. Antonio Carlos, 615 — 1.º GB	1971	11.220,00	11.220
05	S.A. IMOBILIARIA REAL	Vol. da Paúla, 1035 — Releitas — RGS	1971	2.636,00	2.636
06	JOAQUIM OLIVEIRA S.A. COM. E IND.	R. Prof. Dr. Araujo, 1655 — Pelotas	1971	62.268,00	62.268
07	REAL — EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTD.	R. Amaro Cavalcante, 158 — Pinheiro	1971	5.672,00	5.672
08	C. M. ROCHA	R. 28 de Setembro, 113/115 — Belém	1971	6.215,00	6.215
09	M. MATIAS & CIA. LTDA.	R. Sen. Manoel Barata, 471 — Belém	1971	10.025,00	10.025
10	PIERRE VINSON & CIA. LTDA.	R. Mundurucus, 4010 — Belém — Pa.	1971	461,00	461
11	JOAQUIM OLIVEIRA S.A. COM. E IND.	R. Prof. Dr. Araujo, 1653 — Pelotas	1972	22.157,00	22.157
12	SOC. ANÔNIMA IMOBILIARIA REAL	R. Vol. da Pátria, 1035 — Pelotas	1972	8.017,00	8.017
13	FERRAGEM AMERICANA S.A.	Rua Mal. Floriano, 281 — P. Alegre	1972	2.812,00	2.812
14	DROGARIA E FARMÁCIA POPULAR LTDA.	Rua Mal. Floriano, 281 — P. Alegre	1972	2.271,00	2.271
15	J. A. MEDEIROS REPRESENTAÇÕES LTDA.	Rua Alfandega 98, s/402 — Centro	1972	410,00	410
16	DIAS PASTORINHO S.A. COM. E IND.	Rua Paula Souza, 375 — Pari — SP.	1972	26.897,00	26.897
17	JOAQUIM OLIVEIRA S.A. COM. E IND.	R. Prof. Dr. Araujo 1653 — Pelotas	1972	59.200,00	59.200
18	DROGASIL LTDA.	R. Dr. Ricardo Batista, 64 — Bela Vista	1972	433.797,00	433.797
19	DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA S.A. DIFAR	Rua Dr. Timóteo, 416 — Floresta	1972	7.303,00	7.303
20	ORGANIZAÇÕES DE DROGAS SULBRASIL LTDA.	Rua Dr. Flores, 81 — P. Alegre — RGS	1972	9.970,00	9.970
21	LAB. MAURICIO VILLELA S.A. — AD. E SERV.	R. das Oficinas, 188 — Eng. Dentro — GB	1972	21.787,00	21.787
22	EMPREENDIMENTOS VILLELA S.A. — AD. E SERV.	Av. Pres. Antonio Carlos, 615 — 1.º GB	1972	3.061,00	3.061

23 GRANJA 4 IRMAOS S.A. — AGRO PEC. IND. E COM.	R. Prof. Dr. Araújo, 1635 — Pelotas	1972	12.872
24 FARMACIA DROGARAUJO LTDA.	R. Dr. Cinoimato Pasponet, 138 — SP	1972	1.651
25 LANZARA FOTOLITO LTDA.	R. Dr. Cinoimato Pasponet, 138 — SP	1972	1.798
26 BATINEL — SOC. CORR. DE CAMBIO, TITULOS E VAL. LTDA.	Av. Lins Vasconcelos, 1455 — Cambuci	1972	1.798
27 LANZARA SA. — GRAFICA — EDITORA	Pça. João Mendes, 62 — 6º — SP	1972	12.250
28 REALCOLOR IND. E COM. DE ART. DE PAPEL	Av. Lins de Vasconcelos, 1455 — SP	1972	23.369
29 LEMBRASUL PANIFICACAO E SUPERMERCADOS LTD.	Av. Lins de Vasconcelos, 1571 — SP	1972	276
30 JOSE MARIA TAVARES TEIXEIRA	Av. Lins de Vasconcelos, 1571 — SP	1972	276
31 A. VIDIGAL	Av. Batel, 1665 — Curitiba — PR	1972	416
32 FERRAGEM AMERICANA S.A.	Rua 13 de Maio, 126 — s/3 — Belém-Pará	1972	479
33 XAVIER IRMAO S.A. Estivas e Comp. em Geral	Rua 13 de Maio, 196 — 1º — Belém-Pará	1972	2.188
34 DROGARIA VELGOS S.A.	Rua Gel. Osório, 760 — 4º — Pelotas	1972	2.810
35 FARMACIA DROGARAUJO LTDA.	Rua Lobo da Costa, 1877 — Pelotas	1972	5.445
	Rua Gomes Jardim, 253 — P. Alegre	1972	14.764
	Rua Dr. Cinoimato Pasponet, 138 — SP	1972	8.255
TOTAL	Cr\$ 878.384,00	878.384	

Importa o presente Boletim em Cr\$ 878.384,00 (Oitocentos e setenta e oito mil, trezentos e oito centavos), correspondente a 878.384 (Oitocentas e setenta e oito mil,

trezentas e oitenta e quatro) ações preferenciais classe "B".

a) FAUSTO SOARES FILHO — Diretor Vice-Presidente

CARTÓRIO DINIZ — Reconheço a firma supra de Fausto Soares Filho. — Belém, 20 de julho de 1972. —

Em testemunho, N.E.C.M. da verdade — a) NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS — Escrivente Autorizado

JUNTA COMERCIAL — Emolumentos: Cr\$ 10,00. — Belém, de 1972. — a) SAMUEL — O Funcionário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA — Este Boletim de Subscrição em 8 vias foi apresentado no dia 20 de julho de 1972, e mandado arquivar por Despacho da Junta de 28 do mesmo, contendo 2 folhas de ns. 5046-47, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1719/72. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará (Ext. — Reg. n. 3386. — Dia 9.8.72)

**COMPANHIA AGRO
PASTORIL AGUA AZUL —
CAPAZ**
C.G.C. 04932448/001
Assembléia Geral
Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 14 de agosto às 16 horas em nosso Escritório Travessa Campos Sales, 63 conjunto 302, para tratar e deliberar sobre o seguinte:

- a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1971;
- b) Eleição da Diretoria, Membros do Conselho Fiscal e fixação dos honorários;
- c) Alteração dos Estatutos;
- d) O que ocorrer.

Belém, 3 de agosto de 1972

JOHN WEAVER DAVIS
Diretor Presidente
(T. n. 18.457 — Reg. n. 336
— Dias 5, 8 e 9-8-1972)

COMPANHIA DE TELEFONOS DO MUNICIPIO DE BELEM — COTEMBEL

Assembléia Geral
Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Estão convidados os senhores acionistas da Companhia de Telefones do Município de Belém — COTEMBEL — para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no próximo dia 14 (quatorze), às 17,00 horas, no Edifício sede da Empresa, na Rua Dr. Moraes n.º 121, fiesta Capital, para fim de tratar dos assuntos relativos à seguinte ordem do dia:

- aprovação do projeto dos estatutos da sociedade que resultará o plano de distribuição das ações.

Belém, 4 de agosto de 1972
a) A DIRETORIA
(Dias 5, 8 e 9-8-72)

PROTETORA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS — Em Liquidão

AVISO AOS CREDORES

Encontra-se à disposição para consulta dos interessados, na Delegacia da Superintendência de Seguros Privados nesta Capital, à Travessa Campos Sales, n. 288, conj. 601, a relação nominal dos credores da Seguradora acima. Nos termos do Art. 85 do Decreto n. 60.459, de 13.03.1967, têm os interessados o prazo de 15 dias para se manifestarem sobre os valores apontados nas referidas peças contábeis.

Belém, 4 de agosto de 1972.
Manoel Alfredo Torres
Representante da SUSEP

2a. Tabelionato — Pôrto Alegre — Cartório Cassal
Reconheço a firma assinada com a seta de meu uso, por semelhança com a existente no fichário do cartório.

Em testemunho A.S.P. da verdade.

Porto Alegre, 12 de agosto de 1972.

Antonio Simões Pires
1o. Ajudante Substituto
(T. n. 18.478 — Reg. n.
3.416 — Dia 09.08.72.

**COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ —
COTELPA**
Assembléia Geral Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia de Telecomunicações do Pará — COTELPA, portadores de ações preferenciais sem direito a voto, para a reunião de assembléia geral extraordinária que será realizada às 17.00 hs. (dezessete horas) do dia 16 (dezesseis) de agosto do corrente ano, quarta feira, na sede da Sociedade, à Rua 28 de Setembro, n. 252, especialmente convocada a fim de que os referidos acionistas possam tomar conhecimento e, consequentemente, se manifestarem, sobre as bases das operações de fusão desta Companhia com a Companhia de Telefones do Município

de Belém — COTEMBEL. Belém-Pará., 08 de agosto de 1972.

A DIRETORIA.
Ext. Reg. — n. 3398 —
Dias: 8, 9 e 10/8/72.

**S O C I L A R — C RÉDITO
I M O B I L I Á R I O S. A.**
C.G.C.—M.F. 04.956.043
B.C.B. A—084759
B.N.H. 39

Assembléia Geral Extraordinária
Estão por este edital convocados os Senhores Acionistas a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária, a ter lugar na sede social, à rua Santo Antônio, n. 270, nesta cidade de Belém (PA), às 10:00 horas do dia 18 do corrente mês de agosto, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

1. Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período semestral encerrado em 30 de junho do ano em curso;
2. Elevação do Capital Social, atualmente de Cr\$ 3.019.360,00 para Cr\$ 3.774.200,00, com a apropriação de:
a) parte do saldo da conta "Reserva Especial" (Circular SAF 54/4441/67) no montante de Cr\$ 563.450,31;
b) saldo da conta "Lucros Suspensos", no montante de Cr\$ 25.112,76; e
c) saldo da conta "Lucros à Disposição da Assembléia Geral", no montante de Cr\$ 166.276,93.
3. Alteração do artigo sétimo dos estatutos sociais;
4. Renúncia de Diretoiros e preenchimento de cargos vagos da Diretoria;
5. O que ocorrer.

Belém (PA), 02 de agosto de 1972

Alexandrino Gonçalves

Moreira

Armando Rodrigues

Carneiro

Arthur Sá e Souza Porto de Oliveira

Camillo Sá e Souza Porto de Oliveira

Fedro Paulo de Assumpção
D I R E T O R E S
(Ext. Reg. n. 3360 — Dias —

4, 5 e 9.8.72)

MARQUES DOS REIS S.A.
— MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
CGC — 04.909.560/001

Ata de Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de maio de 1972.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil, novecentos e setenta e dois, em sua sede social sita à Av. Comte. Braz de Aguiar, n. 612, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, os acionistas de Marques do Reis S.A. — Materiais de Construção, que foram regularmente convocados por Edital de Convocação publicado no "Diário Oficial" do Estado do Pará, nos dias 13, 16 e 17 de maio corrente. Verificando-se número legal de acionistas através do Livro de Presença, constatou-se que a totalidade do capital votante se fazia presente, foi procedida a escolha do presidente da reunião, que recaiu na pessoa do acionista Joaquim Marques dos Reis, o qual agradeceu a indicação de seu nome e convidou a mim Adriano Ribeiro Alves, para servir como secretário.

Diretoria e do Conselho Fiscal; d) O que ocorrer. Belém, (Pa.), 10 de maio de 1972 a) Joaquim Marques dos Reis, Diretor-Presidente".

Em seguida o Presidente mandou que fosse distribuído aos presentes uma cópia de cada peça que compõe a prestação de contas da Diretoria, e determinou ao secretário que fosse feita a sua leitura, em voz alta e com explicações de praxe. Após o Presidente com a palavra, colocou a matéria em discussão e como ninguém se manifestasse, pôs em votação resultando serem as contas aprovadas por unanimidade, havendo deixado de votar os legalmente impedidos.

A seguir o presidente determinou que fosse procedida a eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Por proposta do acionista Mário Ferreira Carreira foi a escolha feita por aclamação apresentando sugestão para que fosse reconduzida a atual Diretoria, e escolhidas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Fiscal para o atual período social: — Srs. Antonio Maria da Silva, Sr. Antonio Leal e Sra. Maria José Moura Martins, como membros efetivos, e para suplentes os senhores Antonio Moura Carreira, Carlos Lopes de Moura e Antonio Nunes de Brito, sendo sua proposta colocada em votação, foi aprovada por unanimidade, sendo os eleitos empossados na forma da Lei. A seguir, foi fixada a remuneração não só para a Diretoria, como para o Conselho Fiscal, ficando estabelecido que cada membro da Diretoria passará a perceber como honorários a quantia de Cr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros), a partir do mês de maio corrente, enquanto que para os membros do Conselho Fiscal, ficou estabelecido a quantia de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros) mensais, o que foi colocado em votação, foi igualmente aprovado pelos presentes.

Na ausência de outros assuntos, o Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso e como reinasse silêncio, foi

determinada a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, após o que reaberta, esta foi lida e aprovada, sem discrepância, sendo assinada por mim Adriano Ribeiro Alves, secretário, pelo Presidente e por todos os presentes. Belém, (Pa.), 25 de maio de 1972.

Confere com o original, lavrado no livro "Atas de Assembléias Gerais", da sociedade.

Adriano Ribeiro Alves

— Secretário —

Reynaldo de Souza Mello
Contador — CRC — (PA) 0679
CPF — 007.694.952

Cartório Kós Miranda

Reconheço as firmas supra de Adriano Ribeiro Alves e Reynaldo de Souza Mello.

Em sinal C.N.A.R. de verdade.

Belém, 2 de agosto de 1972.

Carlos N. A. Ribeiro
Tab. Substituto

Junta Comercial

Emolumentos — Cr\$ 10,00
(Dez Cruzeiros).

Belém, 21 de julho de 1972.

Samuel — O funcionário

Junta Comercial do Estado do Pará — "JUCEPA"

DECLARO para os efeitos determinados pelas Resoluções ns. 5/71, 7/71, 8/71 e 9/71 — JUCEPA, que dei busca nos arquivos desta Repartição, tendo encontrado arquivado para o Ano de 1972, o Certificado de Habilitação Profissional do Contador (x), ou Técnico em Contabilidade Sr. Reynaldo de Souza Mello CPF-MF n. 007694952, o qual foi expedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Pará, em data de 25.02.1972, sob o número de ordem ... 562/72, estando pois o referido profissional devidamente Habilidado na conformidade do prescrito pelo Decreto-Lei Federal n. 9.295, de ... 27.05.1946 a exercer sua profissão.

Belém, (PA), 24 de julho de 1972.

Yolanda Lobo de Brito
Of. de Administração
Padrão "H"
CPF-MF n. 007.771.882

Junta Comercial do Estado do Pará

Esta Ata em 4 vias foi apresentada no dia 21 de julho de 1972, e mandada arquivar por Despacho da Junta de 25 do mesmo, contendo 1 fólio de n.º 5015, que vai

por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1708/72. E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 25 de julho de 1972.

João Maria da Gama Azevedo — Insp. Com. Respondendo p/ Exp. da Secretaria Geral.

Benedicto Gilberto de Azevedo Pantoja — Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará.

(Ext. Reg. n. 3.372 — Dia 09.08.72).

SOCIAL — CRÉDITO IMOBILIÁRIO S. A.
C.G.C.—M.F. 04.955.043
B.C.B. A-684759
B.N.H. 30

AVISO AOS ACIONISTAS

Solicitamos aos Senhores Acionistas considerarem sem efeitos legais, as convocações desta Diretoria dos dias 24 e 27 do mês de julho do corrente ano e publicadas no DIÁRIO OFICIAL do Estado do Pará e na imprensa local, para uma Assembléia Geral Extraordinária que teria lugar no dia 11 do mês em curso.

Belém (PA), 02 de agosto de 1972

Alexandrino Gonçalves

Moreira

Armando Rodrigues

Carmo

Arthur Sá e Souza Porto

de Oliveira

Camillo Sá e Souza Porto

de Oliveira

Pedro Paulo de Assumpção

DIRETORES

(Ext. Reg. n. 3361 — Dias 4, 5 e 9.8.72)

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARA

(COTELPA)

CONVOCÁO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Telecomunicações do Pará — COTELPA — para se reunirem

em Assembléia Geral Extraordinária, no próximo dia 14 de agosto corrente, às 17:00 horas, no prédio onde funciona a sede da Empresa, à Rua 28 de Setembro, 252, nesta cidade, para o fim de apreciarem a seguinte ordem do dia:

—Aprovação do Projeto dos Estatutos da Sociedade que resultará da fusão COTEL-

PA-COTEMBEL, autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada a 03 de novembro de 1971, e plano de distribuição das ações.

Belém-Pará, 05 de agosto de 1972.

A Diretoria
(Dias — 5, 8 e 9.8.72)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

FUNDACAO DESPORTIVA PARAENSE

"Moreira da Costa", n. inscrita no C.G.C. sob o número 04.946.406, aqui representada por seu Diretor-Presidente, sr. dr. Lutfala de Castro Bitar, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade, portador do C.P.F. n. 000243172 e identidade profissional fornecida pelo Conselho de Engenharia da 1a. Região, n. 464 — D, e adiante denominada apenas de A CONTRATADA — Têm justo e contratado a elaboração e execução dos serviços referentes a drenagem e irrigação do Campo de Foot-Ball, bem assim ao revestimento do piso do fosso interno, e outros complementares — referentes à parte remanescente das gerais, fosso interno, muro de arrimo e escadas de acesso, numa extensão aproximada de dezesseis (16) metros — todos do Estádio Estadual "Governador Alacid da Silva Nunes", nesta cidade, ora em fase de construção de sua primeira etapa, como abaixo melhor se vai declarar:

Entre partes, de um lado a Fundação Desportiva Paraense (FDP) entidade jurídica de direito privado, com sede e fôro nesta Capital, estabelecida na Avenida Assis de Vasconcelos, n. 583 — altos, inscrita no C.G.C. sob o número 04967030, representada neste ato por seu Superintendente-Adjunto em pleno exercício, de suas atribuições legais, sr. dr. Manoel José Gonçalves, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade, portador do C.P.F. n. 000383262, e doravante denominada simplesmente A CONTRATANTE; e, do outro lado, a Empresa de Engenharia ESTACON — Estacas, Saneamento e Construções S.A., pessoa jurídica de natureza comercial, com sede nesta cidade, na Avenida Almirante Barroso, alameda

I. Aspectos Gerais que Compreendem o Objeto deste Instrumento.

Cláusula Preliminar — A CONTRATANTE é legítima proprietária de um terreno situado no Km. 3 da Rodovia Augusto Montenegro, Bairro da Nova Marombaia, nesta cidade, com as dimensões, confrontações e demais características constantes dos respectivos títulos de domínio.

nio útil, em cuja área está gos sociais, inclusive recolhimento construído o Estadio do Empregador e Empresário "Governador Alacid da Silva Nunes", que integrará o patrimônio público do Estado do Pará, ora em sua primeira etapa de construção, etapa essa que encerra o fosso interno, túneis de acesso, ao campo de foot-ball e gerais com muro de arrimo e escadas de acesso. Concorrendo a CONTRATADA, com duas (2) outras empresas de engenharia congêneres, para a execução dos serviços a que se refere este instrumento, foram as suas CARTAS-PROPOSTA, constantes das correspondências ns. 289/72 de 10 de maio e DT — n. 44/72, de 26 de maio do corrente ano, julgadas vencedoras pelo Conselho Diretor da CONTRATANTE, em sua reunião ordinária do dia 26 do mês de junho, além da de n. 390/72 de 13 de julho do corrente ano. Essas correspondências propostas e mais os demais tratados, orçamentários que as acompanham, passam a integrar, irrevogavelmente, o presente contrato, para todos os efeitos legais.

II Especificação dos Serviços Objeto do Contrato, Objetada à Ordem Numérica das Letras que Constituem as Correspondências - Proposta.

Cláusula Primeira — A CONTRATANTE se obriga a elaborar e executar sob o regime de Empreitada Global de Material e Mão-de-Obra, a totalidade dos serviços técnicos relativos à drenagem e irrigação de toda a área compreendida pelo fosso interno, e onde está situado o retângulo destinado ao campo de foot-ball, bem assim os serviços pertinentes ao revestimento do piso do fosso interno do Estádio, serviços esses a serem efetuados de conformidade com os projetos e especificações técnicas respectivos, elaborados pela Empresa Brasileira de Engenharia (E.B.E.) e que já se encontra em seu poder; com o fornecimento pela CONTRATADA, de completo material, mão-de-obra, inclusive especializada, equipamentos, maquinaria e demais, além de todos os encar-

sos de força maior para os fins específicos desta Cláusula:

- a) — greve generalizada no País;
- b) — interrupção dos meios de transporte;
- c) — calamidade pública.

Parágrafo Primeiro — Obriga-se ainda a CONTRATADA a executar, em caráter de complementação, todos os serviços relativos ao escalonamento das gerais e do muro de arrimo, serviços esses que pertenciam à firma encarregada da execução da primeira etapa da obra, Construtora Itapóia Ltda. — Indústria e Comércio, mas que por estarem situados na faixa do terreno que permite acesso à área de trabalho da CONTRATADA, foram-lhe adjudicados, com a aquiescência expressa daquela empresa.

Parágrafo Segundo — Obriga-se também a CONTRATADA a construir um pontilhão de acesso ao campo de esportes, sobre o fosso interno, com capacidade e dimensionamento para suportar tráfego pesado, inclusive de equipamentos de terraplenagem, e basculantes.

Parágrafo Terceiro — Os serviços mencionados nos Parágrafos Anteriores, serão prestados pela CONTRATADA, sob o mesmo regime previsto no «Caput» desta Cláusula.

Parágrafo Quarto — Ficam expressamente excluídos das obrigações da CONTRATADA o fornecimento de terra vegetal e o plantio da grama.

III Dos Prazos, do Pregão e sua Forma de Pagamento, e das Sanções Penais.

Cláusula Segunda — Os serviços ora ajustados serão executados pela CONTRATADA no prazo absoluto e impreterável de duzentos e trinta (230) dias ininterruptos contados rigorosamente do 5º (quinto) dia após a primeira ordem de serviço dada pela CONTRATANTE, salvo motivo de reconhecida força maior prevista no Parágrafo desta Cláusula, e perfeitamente comprovado e aprovado pela Fiscalização da obra.

Parágrafo Único — São ca-

quarenta e dois cruzeiros e oitenta centavos) vedado, expressamente, qualquer reajuste sobre o mesmo, seja a que título for.

Parágrafo Único — O preço mencionado nesta Cláusula será pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, da maneira seguinte, prevalecendo quanto à autorização e aceitação do pagamento, respectivamente pela CONTRATANTE e pelo global e absoluto de CONTRATADA, a opinião Cr\$ 673.342,80 (seiscentos e setenta e três mil, trezentos e obra:

a) — no ato da assinatura do presente contrato	Cr\$ 40.000,00
b) — quando instalado o canteiro	Cr\$ 50.000,00
c) — quando removidos cinquenta por cento (50%) de material a escavar Cr\$	70.000,00
d) — quando removidos os cem por cento (100%) de material a escavar Cr\$	70.000,00
e) — quando assentados cincuenta por cento (50%) dos tubos-drenos	Cr\$ 60.000,00
f) — quando assentados cem por cento (100%) dos tubos-drenos	Cr\$ 40.000,00
g) — quando lançados cincuenta por cento (50%) do leito de drenagem em areia	Cr\$ 120.000,00
h) — quando lançados cem por cento (100%) do leito de drenagem em areia	Cr\$ 80.000,00
i) — quando concluídos os serviços de irrigação	Cr\$ 10.000,00
j) — quando concluídos cincuenta por cento (50%) do revestimento do piso do fosso	Cr\$ 20.000,00
k) — quando concluídos cem por cento (100%) do revestimento do piso do fosso	Cr\$ 10.400,00
l) — quando concluídos cincuenta por cento (50%) dos serviços de complementação das gerais, fosso interno, muro de arrimo e escadas de acesso	Cr\$ 20.000,00
m) — quando concluído a totalidade dos serviços mencionados na letra anterior e devidamente aprovados pela Fiscalização da CONTRATANTE	Cr\$ 21.578,00
n) — por ocasião da entrega total e final da obra	Cr\$ 31.364,80
o) — quando decorridos trinta (30) dias da entrega total e final da obra	Cr\$ 30.000,00

Cláusula Quarta — Como garantia do compromisso assumido neste instrumento, a CONTRATADA apresentará no ato de sua assinatura FIANÇA BANCÁRIA ESPECÍFICA do Banco Mercantil de Minas Gerais S/A, com vigência da prazo para duzentos e trinta (230) dias contados do início do contrato e do valor de ..

Cr\$ 33.667,14 (trinta e três mil (48) horas anteriores ao ven-

cimento daquele exercício, a CONTRATADA manter na forma da regra estatuída renovar a Fiança de que trata o Livro "DIÁRIO DE EXECUÇÃO" permanente esta Cláusula, nas mesmas condições aí previstas e pelo período de trinta (30) dias, além do previsto para entrega final dos trabalhos; ou, à falta dessa renovação, apresentará nesse mesmo prazo outra garantia que, igualmente, corresponda à percentagem antes consagrada, e que assegure o integral cumprimento deste Contrato.

Parágrafo Segundo — A liberação da garantia que se refere esta Cláusula será feita integralmente: 30 dias após o pagamento da última parcela contratual (letra "o", Parágrafo Único, Cláusula 3.), desde que os serviços executados não apresentem quaisquer deficiências.

Cláusula Quinta — Ressai-vados os motivos de força maior expressamente consignados neste instrumento, caso a CONTRATADA não atenda ao prazo previsto na Cláusula Segunda, quanto à entrega dos serviços, incorrerá na multa de dois décimos por cento (0,2%) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, multa essa que será automática, podendo, inclusive, ser cobrada executivamente pela CONTRATANTE.

Parágrafo Único — A CONTRATADA, uma vez notificada, terá o prazo de três (3) dias para recolher a importância relativa à multa devida e lançada, podendo recorrer, em igual prazo, à Supervisão da CONTRATANTE, contra a multa que lhe fôr imposta. E, se fôr negado provimento ao recurso, que será absoluto e único, poderá a CONTRATANTE cobrar a multa verificada, na forma desta Cláusula.

IV. — Da Direção e da Fiscalização dos Trabalhos

Cláusula Sexta — As obras serão executadas e dirigidas pela CONTRATADA. A Fiscalização será exercida pela CONTRATANTE, através de engenheiros e técnicos designados para esse fim.

Parágrafo Primeiro — A Fiscalização da CONTRATANTE transmitirá à CONTRATADA, por escrito, suas instruções de serviço, devendo a

manter na forma da regra estatuída o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro;

b) — danos ou prejuizos causados à CONTRATANTE ocasião do RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra. Nesse DIÁRIO serão anotados, independentemente de notificação, todas as ordens de modificações, reclamações, indicações técnicas e etc. Por

ocasião de suas visitas às obras, a Fiscalização visara o referido DIÁRIO, anotando as observações que julgar necessárias, sem que, por isso, sejam dispensadas as "Ordens de Serviço" ou notificações.

Parágrafo Segundo — Competirá à CONTRATADA manter na obra um gráfico representativo dos diversos serviços em andamento, em faixas que correspondam àqueles do Cronograma apresentado, atualizado semanalmente.

V. — Das Falhas na Execução dos Serviços e das Responsabilidades

Cláusula Sétima — De toda e qualquer falha, má execução ou serviço defeituoso, será notificada a CONTRATADA que se obrigará a reparar prontamente o trabalho irregular ou executado defeitadamente, correndo à sua conta exclusiva as despesas de

tais reparos, sem que daí, no entanto, decorram alterações no prazo e no valor fixados neste Contrato.

Cláusula Oitava — A CONTRATADA se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados e materiais existentes na obra, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que, os mesmos venham a sofrer, ou causar a terceiros.

Parágrafo Primeiro — A CONTRATADA reconhece, expressa e inequivocamente, ser a única e exclusiva responsá-

vel, não só nos casos previstos neste contrato e demais peças que o integram, como ainda nos seguintes:

a) — imperfeição, inseguurança ou falta de solidez dos trabalhos executados, ainda que verificados após a sua aceitação pela Fiscalização, ou mesmo após o término do prazo do presente Contrato,

c) — se a CONTRATADA faltar ou entrar em regime de Concordatas;

d) — se a CONTRATADA deixar de iniciar os trabalhos dentro do prazo estabelecido, ou os interromper, por culpa sua, por mais de 10 (dez) dias consecutivos;

e) — nos demais casos previstos expressamente em lei e nos de inobservância de qualquer das Cláusulas deste instrumento, estes, a critério absoluto da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo — Ocorrendo incêndio na obra, que atinja os serviços a cargo da CONTRATADA, as partes atingidas serão reparadas ou feitas por esta, a Juízo exclusivo da Fiscalização da CONTRATANTE. De conformidade com a decisão da Fiscalização, deverá a CONTRATADA, dentro em três (3) dias da aposição de seu "ciente" na notificação, iniciar a reconstrução ou os reparos, independentemente do recebimento de qualquer indenização por seguro.

Parágrafo Terceiro — A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR, no todo ou

em parte, a terceiros, os serviços deste Contrato, sem expressa autorização da CONTRATANTE. Havendo tal autorização, a CONTRATADA, mesmo assim, continuará a responder direta e exclusivamente perante a CONTRATANTE pelo fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato e demais peças que o integram.

Parágrafo Quinto — O presente instrumento e peças que o compõem obedecerão às regras jurídicas previstas para os CONTRATOS e capituladas no Código Civil Brasileiro, arts. 1.079 e seguintes, particularmente os arts 1.237 e seguintes.

VI. — Das Rescisões

Cláusula Nona — A CONTRATANTE poderá rescindir o presente instrumento, independentemente de qualquer procedimento ou intercalação judicial ou extrajudicial:

a) — no caso de fraude, cometida pela CONTRATADA;

b) — pela incapacidade técnica ou financeira ou, ainda má-fé da CONTRATADA;

E, por assim haverem ajustado, livre e conscientemente, as partes contratantes Fundação Desportiva Paraense — (FDP) e ESTACON — Estacas, Saneamento e Construções S/A., na presença das testemunhas abaixo firmadas,

assinam o presente instrumento em quatro (4) vias de

igual teor e para os mesmos fins, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, para que produza os seus jurídicos efeitos, ajustando, finalmente, que os CASOS OMISSOS neste contrato e demais peças que o integram, serão resolvidos pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA a aceitar e cumprir as soluções que forem apresentadas.

Belém-PA., 20 de julho de 1972.

Manoel José Gonçalves — Contratante
Lutfala de Castro Bitar — Contratada.

TESTEMUNHAS :
Moacir de Castro Drago
João Batista Alves

CARTÓRIO CHERMONT — Reconheço as firmas supra assinaladas, em número de 3 (três)

Belém, 24 de julho de 1972.
Em testemunho Z. V. da verdade.

a) Zeno Veloso, Tab. Subst.
(Ext. — Reg. n. 3369 — Dia 9.8.72)

COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ — (C D P)

Ata de Julgamento das propostas referentes a Tomada de Preços n. 06/72, para a reconstrução de dois Armazéns Geminados, em Miramar.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Diretoria de Obras, Conservação e Manutenção da Companhia das Docas do Pará, reunida a Comissão instituída pela Resolução n. 104, de 21 de junho de 1972, composta dos Engenheiros José Barros Leite, Antonio Alfredo Miranda Ferreira e Fortunato Gabay, para procederem o Julgamento das propostas referentes a reconstrução de dois Armazéns Geminados, em Miramar. Compareceram a referida Tomada de Preços, as seguintes firmas: S.A.C. Engenharia e Construções em Geral Ltda. e Adetur Engenharia Ltda.

Empresa de Construções Gerais Ltda., Adetur, Engenharia Ltda., Conspara e Engenorte Ltda. Após exame detalhado das propostas apresentadas pelas firmas acima, foi verificado o seguinte resultado:

F i r m a s	Valores	Prazo
Empresa de Construções Gerais Ltda.	175.284,17	150 dias
Adetur, Engenharia Ltda.	221.309,64	150 dias
S.A.C. Engenharia e Construções em Geral	270.074,01	150 dias
Conspara	289.547,04	150 dias
Engenorte Ltda.	423.183,08	150 dias

A Comissão tendo em vista, que a firma Empresa de Construções Gerais Ltda., apresentou proposta com o preço mais baixo de acordo com o quadro acima descrito, entretanto não constando do mesmo os serviços referentes ao item 7 da Especificação, visto que o mesmo não encontrava-se citado no modelo de proposta apresentado por esta Companhia, o que foi esclarecido por esta Comissão aos demais concorrentes na hora da abertura das propostas. Em virtude a discordância entre as Especificações (item 7) e, o Modelo de Proposta, a firma E.C.G. apresentou uma alternativa de preço a saber:

a) sem pintura Cr\$ 175.284,17;
b) com pintura Cr\$ 194.412,68. Desse modo a Comissão deixa a superior decisão de V. Sa. o critério da aceitação ou não da proposta da firma EGC — Empresa de Construções Gerais, no valor de Cr\$ 175.284,17. E como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a reunião. E, para constar, eu Helga Ferreira Monteiro, ia-vrei a presente Ata que vai assinada pela Comissão e subscrita por mim. Belém, 27 de julho de 1972 — a) Helga Ferreira Monteiro. — aa) José Barros Leite — aa) José Barros Leite — Antonio Alfredo Miranda Ferreira e Fortunato Gabay.

F i r m a s	Valores	Prazos
S.A.C. Engenharia e Construções em Geral	138.974,00	120 dias
Construtora Imobiliária Fonseca Ltda.	94.125,00	120 dias
Engenorte Ltda.	94.375,00	120 dias
Adetur Engenharia Ltda.	83.625,00	120 dias

A Comissão julga vencedora a firma Adetur Engenharia Ltda., que apresentou o menor preço global de Cr\$ 86.625,00 (oitenta e seis mil seiscentos e vinte e cinco cruzeiros) e o prazo de 120 dias. E, como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a reunião. E, para constar, eu Helga Ferreira Monteiro, ia-vrei a presente Ata que vai assinada pela Comissão e subscrita por mim. Belém, 28 de julho de 1972. a) Helga Ferreira Monteiro — aa) José Barros Leite — Antonio Alfredo Miranda Ferreira e Fortunato Gabay.

(Ext. — Reg. n. 3403—Dia: 09/08/72).

COMPANHIA DAS DOCAS DO PARÁ — (C D P)

Ata de Julgamento das propostas da Tomada de Preços n. 07/72, referente aos serviços de reconstrução da Caixa D'Água Elevada do Porto.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, às dez horas, na Sala de Reuniões da Diretoria de Obras, Conservação e Manutenção da Companhia das Docas do Pará, reunida a Comissão instituída pela Resolução n. 105 de 21 de junho de 1972, composta dos Engenheiros José Barros Leite, Antonio Alfredo Miranda Ferreira e Fortunato Gabay, para procederem o julgamento das propostas referentes a reconstrução da Caixa D'Água Elevada do Porto, conforme Tomada de Preços n. 07/72, a qual compareceram as seguintes firmas: S.A.C. Engenharia e Construções em Geral Ltda., Construtora Imobiliária Fonseca Ltda., Engenorte Ltda. e Adetur Engenharia Ltda. — Após exame detalhado das propostas apresentadas pelas firmas acima, foi verificado o seguinte resultado:

I — aprovar a Tomada de Preços n. 07/72, realizada em 25.7.1972, destinada aos serviços de reconstrução da Caixa D'Água Elevada do Porto de Belém;

II — Adjudicar, em consequência, a referida Tomada de Preços a firma Adetur Engenharia Ltda., pelo preço global de Cr\$ 86.625,00 (oitenta e seis mil seiscentos e vinte e cinco cruzeiros) por ser a que melhor preço ofereceu;

III — publique-se e encaminhe-se ao DP-2 para elaboração da minuta do Termo de Ajuste correspondente.

Belém, 4 de agosto de 1972
Cel. Raul da Silva Moreira
Diretor-Presidente
(Ext. — Reg. n. 3404—Dia: 09/08/72).

Secretaria de Estado de Governo IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO EDITAL

Pelo presente Edital, fica o diarista equiparado Sebastião Ruiz, Impressor, notificado a reassumir o exercício do seu cargo, do qual se acha afastado, sem motivo justificado, no dia 20 de 8 (oitavo)

dias a partir da data da publicação deste sob pena de fôrdo esse prazo, ser dispensado por abandono de cargo, na conformidade do que dispõe o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Imprensa Oficial do Estado, 31 de julho de 1972.

Dr. Fernando Farias Pinto
Diretor Geral

(G. Reg. — n. 2453 —
Dias 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10/8/72)

EDITAL

Pelo presente Edital, fica o diarista equiparado Carlos de Melo Sobrinho, Linotipista notificado a reassumir o exercício do seu cargo, do qual se acha afastado, sem motivo justificado, no prazo de 8 (oito) dias a partir da data da publicação deste sob pena de fôrdo esse prazo, ser dispensado por abandono de cargo, na conformidade do que dispõe o Art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios).

Imprensa Oficial do Estado, 31 de julho de 1972.

Dr. Fernando Farias Pinto
Diretor Geral

(G. Reg. — n. 2452 —
Dias 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10/8/72)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO CMA e 8a. RM

Estabelecimento Regional de Subsistência

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N. 3/72—S/S5.2.C

O Chefe do Estabelecimento Regional de Subsistência da 8a. Região Militar torna público para conhecimento de quem interessar, que se-

rão recebidas até às 10,00 horas do dia 25 de agosto de 1972, na Comissão de Concorrência e Tomada de Preços do citado Estabelecimento, propostas para fornecimento de carne verde para consumo da tropa, da guarnição de Belém, nas modalidades abaixo:

Carne-Verde para Consumo da Tropa

COM OSSO: Cr\$

a) de quartos casados (dianteiros e traseiros) c/ file Kg

b) de quartos traseiros com file Kg

c) de quartos dianteiros Kg

SEM OSSO:

a) de quartos casados (dianteiros e traseiros) c/ file Kg

b) de quartos traseiros com file Kg

c) de quartos dianteiros Kg

CONDICÕES

1—O prazo de vigência para os fornecedores à tropa é de 4 (quatro) meses, contados de 10. de setembro à 30 de dezembro de 1972;

2—A distribuição será feita no açougue da firma diariamente a partir das 05,00 horas;

3—O pagamento do fornecimento à tropa será feito pelo ERS/8 mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido;

4—O fornecedor deverá manter um estoque mínimo diário de 4 (quatro) toneladas, compreendendo aproximadamente a 2 (duas) semanas de fornecimento à tropa;

5—A carne estocada deverá ser mantida em frigoríficos, dentro do município de Belém, para atender a qualquer eventualidade, devendo em

qualquer época ser comprovado o cumprimento desta exigência por um representante deste ERS/8, para o que se torna necessário a firma fornecer os endereços dos respectivos frigoríficos próprios ou locados;

6—A firma vencedora da presente Concorrência, que por qualquer circunstância deixar de fornecer a carne solicitada em espécie, quantidade e qualidade, terá o seu fornecimento suspenso automaticamente, dando-se preferência ao licitante imediatamente situado na presente licitação;

7—No caso de falta de carne verde, não sendo frequente e ficando plenamente justificada, a firma se obrigará ao pagamento da diferença entre o valor cotado e o preço do artigo de substituição adquirido por este ERS/8 no comércio local;

8—Entende-se por artigo de substituição:

- a) carne seca ou de porco
- b) carne em conserva
- c) bacalhau ou pirarucu
- d) peixes de 1a. qualidade, estabelecidos pela Delegacia de Economia Popular;

9—Só poderão participar da presente licitação as firmas que estiverem regularmente inscritas como fornecedoras do ERS/8 ou que venham a fazer a sua inscrição até o dia 21 (vinte e um) de agosto de 1972;

10—As firmas licitantes terão que recolher à Tesouraria do ERS/8 a quantia de ... Cr\$ 1.050,00 (Um mil e cinqüenta cruzeiros), correspondente a Caução prevista na letra "a" do artigo 70 da Portaria Ministerial n. 442—GB, de 8 Abr 70, como garantia de proposta até que seja apurada a firma vencedora, referida importância deverá também ser recolhida até o dia

21 de agosto de 1972;

11—A firma vencedora da presente licitação, recolherá

à Tesouraria do ERS/8, por ocasião da assinatura do contrato a ser firmado, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total aproximado do fornecimento geral, a título de Caução de Compromisso, de acordo com a letra "a" do artigo 71 da Portaria anteriormente citada;

12—A firma vencedora deverá propiciar meios ao Veterinário do ERS/8 para que a carne a ser fornecida à tropa seja examinada diariamente;

13—Os licitantes deverão estar habilitados na forma do artigo 131 do Decreto—Lei n. 200, de 25 de Fev. 67;

14—Outras informações que se fizerem necessárias serão prestadas na Comissão de Concorrência e Tomada de Preços do ERS/8;

15—O Chefe do ERS/8, reserva-se o direito de recusar licitantes que não satisfazam as exigências da presente Concorrência.

ERS/8 em Belém-Pará, 1º de agosto de 1972.

Edson Soares da Costa
2º Ten. Secretário da Co-
missão de Concorrência e
Tomada de Preços do
ERS/8.

Visto:—
Noly de Almeida
Major Presidente da Comis-
são de Concorrência e To-
mada de Preços do ERS/8.

(G. Reg. n. 2481 — Dias 3,
4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12—8—1972)

ESTADO DO PARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

LEI N. 4.560/72, DE 12 DE JUNHO DE 1972

Declara de Utilidade Pública para efeito de desapropriação um terreno suburbano, situado nesta cidade.

A Câmara Municipal de Santarém, Estado do Pará, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — É considerado de Utilidade Pública, para efeito de desapropriação, o terreno suburbano, situado nesta cidade à Avenida Mendonça Furtado, entre as travessas Dr. Antonio Justa e Professor Luiz Barbosa, com uma área de 3.652m², medindo 44 (quarenta e quatro) metros de frente por 83 (oitenta e três) ditos de fundos, limitando-se pelo Sul ou frente com a citada Avenida Mendonça Furtado; pelo Norte ou fundos com terrenos pertencentes a Antonio Ferreira, Diniz Pereira de Souza e Sebastião Fonseca; pelo Nascente com Raimundo Aguiar Lima, Faustino Meireles, um terreno baldio e Azamor Regateiro; pelo Poente com João Cruz Almeida, Henrique dos Santos Moreira e Antonio Pereira Pinto, fixando-se em Juízo o valor do terreno, para os fins de direito.

Art. 2º — Destina-se o terreno ora expropriado a ser doado ao Poder Judiciário Tribunal Regional do Trabalho — 8a. Região para nele construir o edifício-sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém.

Art. 3º — Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar mediante instrumento público, a doação a que se refere o artigo anterior, com condição de que se o prédio não for construído no prazo de dois (2) anos, a contar da data da doação, o terreno reverterá ao Patrimônio Municipal independente de qualquer indenização por parte da municipalidade, por melhoramentos efetuados.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, 12 de junho de 1972.

Dr. Everaldo de Sousa Martins
Prefeito Municipal

José Gadelha Franco
Secretário Municipal
(G. — Reg. n. 2528).

LEI N. 4.561 DE 12 DE JUNHO DE 1972

Doa terreno do patrimônio municipal ao Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências;

A Câmara Municipal de Santarém, Estado do Pará, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, mediante instrumento público, ao Poder Judiciário Tribunal Regional do Trabalho — 8a. Região, um terreno pertencente ao Patrimônio Municipal, situado nesta cidade à Avenida Mendonça Furtado, entre as Travessas Dr. Antonio Justa e Professor Luiz Barbosa, com uma área de 3.652m² (três mil seiscentos e cinquenta e dois metros quadrados), medindo 44 (quarenta e quatro) metros de frente por 83 (oitenta e três) metros de fundos; limitando-se ao Sul ou frente com a citada Avenida Mendonça Furtado; pelo Norte ou fundos com Antonio Ferreira, Diniz Pereira de Souza e Sebastião Fonseca; pelo Nascente com Raimundo Aguiar Lima, Faustino Meireles, um terreno baldio e Azamor Regateiro e pelo Poente com João Cruz Almeida, Henrique dos Santos Moreira e Antonio Pereira Pinto.

Art. 2º — Destina-se o terreno ora doado, à construção da Sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém.

Art. 3º — Fica estabelecido o prazo de dois (2) anos, a contar da data da doação, para a execução da obra empreço, ficando a concessão revogada e o terreno revertido ao Patrimônio Municipal independente de qualquer indenização por parte da municipalidade, por melhoramentos efetuados.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário, en-

trando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, 12 de junho de 1972.

Dr. Everaldo de Sousa Martins
Prefeito Municipal
José Gadelha Franco
Secretário Municipal
(G. — Reg. n. 2528).

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

(D. E. R. — PA.)

A V I S O

Avisamos aos interessados que se encontra a disposição dos mesmos na Diretoria Administrativa o Edital de:

Concorrência Pública número 20/72, para exploração do serviço de transporte coletivo, intermunicipal para os trechos abaixo:

a) Marabá/Altamira
b) Altamira/Itaituba.
Caução: Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)

Abertura: 25.08.72 às 10,00 horas.

Belém, 04 de agosto de ... 1972.

Eng. José Chaves Camacho
Presidente da C.P.C.P.
(Ext. Reg. n. 3389 — Dias 8 e 9.8.72)

Ministério da Educação e Cultura
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
REITORIA
Universidade Federal do Pará

Centro Sócio-Econômico
Curso de Serviço Social

Para ciência dos interessados, comunicamos que estão abertas as inscrições, no período de sete (7) a onze (11) de agosto, ao Curso de Atualização de Serviço Social para graduados, nessa especialidade, na sede do Curso, sita à Rua Padre Grudêncio n. 701, no horário de 8:00 às 11:00 e de 15:00 às 17:00 horas.

As vagas são em número de dezenove (19), obedecendo-se rigorosamente a ordem de inscrição exigindo-se a apresentação da Carteira do Conselho Regional de Assistente Social, devidamente atualizada (1972) e o pagamento da importância de trinta cruzeiros (Cr\$ 30,00) por disciplina, em número de três (3).

O referido Curso será iniciado no dia 16 de Agosto, às 19 horas, em a sede do Centro Sócio-Econômico, sito à Praça Barão do Rio Branco, n. 93, com a duração de 20 horas para cada disciplina.

Maiores esclarecimentos na sede do Curso, por ocasião da matrícula.

Denise Assis Ribeiro
Chefe, em exercício do Departamento de Serviço Social

VISTO:
Clóvis Cunha da Gama Malcher
Diretor do Centro Sócio-Econômico
(Ext. — Reg. n. 3406 — Dia 9.08.72).

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — (DER-PA)

PORTARIA N. 0939 — DE 25 DE JULHO DE 1972
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIARIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:
Designar os funcionários Osvaldo Rodrigues Ayres e Leonne Cairo de Oliveira Menescal, Engenheiros do Quadro Único do DER-PA, para fiscalizarem os serviços de melhoramento e pavimentação da Rodovia PA-37, a cargo da firma ECCIR S. A., conforme contrato de empreitada.

Registre-se, publique-se e cumprase.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 25 de julho de 1972.

Eng. João Antônio Nunes Caetano
Diretor Geral
(Ext. Reg. n. 3291 — Dia 8.8.72)

Diário da Justiça

— ANO XX

BELEM — QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1972

NÚM. 7.798 — 17

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Presidente: Des. AGNAÑO MONTEIRO LOPES
Secretário: Dr. LUIS FARIA

ACÓRDÃO N. 1355

*Apelação Civil Ex-Officio
da Capital*

Apelante — O Dr. Juiz de Direito da 8a. Vara Cível

Apelados — Luiz Guilherme dos Santos e Maria das Graças dos Santos

Relator — Des. Maurício Pinto

EMENTA — Negase provimento à apelação ex-officio, em desquite por mútuo consentimento, quando foram observadas todas as exigências processuais.

O fato de o cônjuge feminino dispensar, desobrigar o outro cônjuge do pagamento de qualquer pensão alimentícia, não induz renúncia à pensão alimentícia, por ser ela economia própria, no momento de ser requerido o desquite.

Vistos, examinados e discutidos estes autos de apelação cível ex-officio da Capital, em que é apelante o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 8a. Vara Cível da Capital, apelados Luiz Guilherme dos Santos e Maria das Graças dos Santos, etc..

I As cláusulas apresentadas às fls. 2, estão de acordo com o que dispõe o Código Civil combinado com as normas impostas pelo Código de Processo Civil, tudo da República.

O processamento observou o rito devido, e afinal a Dra. Juiza homologou o que pleitearam os cônjuges, com a apelação oficial para esta Instância, onde foi ouvido o Exmo. Sr. Des. Procurador Geral do Estado, que opinou pelo improviso da apelação.

(A cláusula 5b), não cons-

titui nem ao menos irregularidade, de molde invalidar o pedido, de fls. 2. Desobrigar a alguém, não é renunciar a seus direitos. "In casu", o cônjuge feminino tendo economia própria, no momento, dispensa qualquer pensão alimentícia do outro cônjuge, até que necessite de ajuda conforme é o espírito da lei — do Código Civil Brasileiro.

Por isso.

II Acordam os Juizes da Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade de votos, negar provimento à presente apelação ex-officio da Capital, confirmando a sentença apelada, que fica fazendo parte integrante deste arresto, e que decreta o desquite por mútuo consentimento entre os apelados Luiz Guilherme dos Santos e Maria das Graças dos Santos, conforme prevê o art. 318, do Código Civil Brasileiro.

Custas na forma da lei.
Belém, 04 de julho de 1972.
(a) Eduardo Mendes Patriarcha, Presidente; Cordonil Pinto, Relator.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Belém, 02 de agosto de 1972.

(a) Maria Salomé Novais, Oficial Documentarista

(G. — Reg. n. 2520)

ACÓRDÃO N. 1356

Recurso Penal de Bragança

Recorrente: — Manoel Matos da Silva.

Recorrida: — Justiça Pública.

Relator: — Desembargador Aluízio Leal

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Penal da Comarca de Bragança em que é recorrente Manoel Matos da Silva e recorrido a Justiça Pública.

EMENTA — A intimação da sentença de pronúncia se o Réu estiver preso e o crime for inafiançável, deverá processar-se pessoalmente.

Manoel Matos da Silva está sendo processado na Comarca de Bragança pelo crime de homicídio praticado na pessoa de Jorge de Souza Salgado. O Crime ocorreu em 8 de novembro de 1970 e a denúncia do Ministério Público, com base no inquérito policial, foi oferecida em 30 de dezembro do mesmo ano. O processo teve tramitação regular com decretação de prisão preventiva, citação, interrogatório e depoimento de testemunhas, tendo o defensor do acusado usado de todas as oportunidades processuais para a defesa do acusado. O dr. Juiz com os fundamentos do despacho recorrido, resolveu pronunciar o Réu como inciso no art. 121 § 2º, incisos II, III e IV do Código Penal.

(a.a.) EDUARDO MENDES PATRIARCHA — Presidente.
ALUIZIO DA SILVA LEAL Relator, vencido com o seguinte voto:

É de ser acolhida a preliminar suscitada pelo Exmo. Sr. Doutor Primeiro Sub-Procurador Geral, de não conhecimento do recurso. De fato, da sentença de pronúncia não foi intimado o Réu pessoalmente como manda o Art. 414 do Código de Processo Penal, e somente depois dessa formalidade tem o mesmo direito de usar de recurso.

Aluízio da Silva Leal
Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Belém, 2 de agosto de 1972.
Maria Salomé Novais
Oficial Documentarista

**3^a JUNTA DE CONCILIAÇÃO
E JULGAMENTO DE BELÉM**
Processo n. 3a. JCJ-515/72.

Exequente: Raul Costa da Ponte Souza.

Executado: Luiz da Costa Oliveira.

— *Edital de Citação* —

Pelo presente Edital, fica citado o senhor Luiz da Costa Oliveira, com endereço incerto e não sabido, para pagar em Quarenta e oito (48) horas, ou garantir a execução sob pena de penhora, a quantia de Cr\$ 3.930,18 (Três mil, novecentos e trinta cruzeiros e dezoito centavos), correspondente ao principal, correção monetária e custas, devidas nos termos da sentença prolatada por esta Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, no processo n. 3a. JCJ-515/72, em que é exequente Raul Costa da Ponte Souza.

Caso não pague e nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à penhora, em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

O que cumpre, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e dois. Eu, Descartes Araújo, datilografiei. E eu, Alice Barreiros Dias, Chefe da Secretaria, subscrevi.

a) Antônio Carlos M. Bezerra
Juiz Presidente da 3a. JCJ de Belém
(G. — Reg. n. 2535)

— *Edital de Notificação* —
Processo n. 3a. JCJ-552/72.
Reclamante: José Ribamar da Silva.

Reclamado: Flávio Tocantins Vieira.

Pelo presente Edital, notifico o senhor José Ribamar da Silva, com endereço incerto e não sabido, reclamante no processo n.º 3a. JCJ-552/72, em que é reclamado Flávio Tocantins Vieira, para comparecer na Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, no próximo dia trinta e um (31) de agosto de 1972, às treze e trinta (13,30) horas, para quando ficou transferi-

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8a. REGIÃO

da a audiência de instrução relativo aos autos do referido processo.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 27 de julho de 1972.

a) Alice Barreiros Dias
Chefe da Secretaria
(G. — Reg. n. 2537)

— *Edital de Notificação* —
Processo n. 3a. JCJ-404/72 e Anexos.

Reclamante: Alberto Cerino da Costa e Outros.

Reclamada: Madeiras Piriá Ind. e Comércio S/A.

Pelo presente Edital, notifico a empresa Madeiras Piriá, Indústria e Comércio S/A. — MAPISA, com endereço incerto e não sabido, reclamante no processo n. 3a. JCJ-404/72, e Anexos, no qual é reclamado Madeiras Piriá, Indústria e Comércio S/A. — MAPISA, para ciência da decisão proferida por esta Junta, em audiência do dia 19.07.72 às

17,35 horas, do seguinte teor: "Decide a 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, por unanimidade de votos, julgar os reclamantes relacionados no Relatório, com direitos de Ação prescritos contra a reclamada Madeiras Piriá, Indústria e Comércio S/A. — MAPISA. Custas pelos reclamantes, pela ordem de reclamação, em Cr\$ 105,02, Cr\$ 89,02, Cr\$ 93,02, Cr\$ 77,02, Cr\$ 93,02, Cr\$ 154,30, Cr\$ 150,30 e Cr\$ 89,02, calculadas sobre os valores arbitrados de Cr\$ 1.800,00, Cr\$ 1.400,00, Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 1.100,00, Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 4.000,00, Cr\$ 3.800,00 e Cr\$ 1.400,00, do que ficam isentos, na forma da lei.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 26 de julho de 1972.

a) Alice Barreiros Dias
Chefe da Secretaria
(G. — Reg. n. 2536)

— *Edital de Notificação* —
Processo n. 3a. JCJ-500/72

Reclamante: Baltazar Luiz Rocha Medeiros.

Reclamado: Transbel Rio Ind. Comércio.

Pelo presente Edital, notifi-

cado o senhor Baltazar Luiz Rocha Medeiros, com endereço incerto e não sabido, reclamante no processo n. 3a. JCJ-500/72, em que é reclamado Transbel Rio Indústria e Comércio, para depositar, no prazo de cinco (5) dias, na Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, a importância de Cr\$ 132,30 (Cento e trinta e dois cruzeiros e trinta centavos), relativa às custas do referido processo.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 26 de julho de 1972.

a) Alice Barreiros Dias
Chefe da Secretaria
(G. — Reg. n. 2536)

— *Edital de Notificação* —
Processo n. 3a. JCJ-438/72 e Anexos.

Reclamante: Tomaz Ferreira Chaves e Outros.

Reclamado: Madeiras Piriá, Ind. e Comércio S/A. — MAPISA.

Pelo presente Edital, notifico a empresa Madeiras Piriá, Indústria e Comércio S/A. — MAPISA, com endereço incerto e não sabido, reclamada, no processo n. 3a. JCJ-438/72 e Anexos, no qual é reclamante Tomaz Ferreira Chaves e Outros, para ciência da decisão proferida por esta Junta, em audiência do dia 21.07.72, às 17,35 horas, do seguinte teor: Decide a MM. Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à sua unanimidade, julgar prescritos os direitos de ação, contra a reclamada, dos reclamantes Tomaz Ferreira Chaves, Cláudino Romero Aleixo e Nuno Cerdeira Barros, e ainda sem divergência, julgar procedente, em parte, a reclamação de Manoel Damasceno Sobrinho, para condenar a reclamada, Madeiras Piriá Ind. e Comércio S/A. — MAPISA, a pagar-lhe Cento e trinta e quatro cruzeiros de trinta dias de Aviso Prévio e Setecentos e vinte e oito cruzeiros de Indenização. Improcedentes as demais parcelas por falta de amparo legal. Custas pelos reclamantes, cujos direitos de ação foram considera-

dos prescritos, em Cr\$ 93,02, Cr\$ 85,02 e Cr\$ 116,30, calculados sobre os valores arbitrados em Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 1.300,00 e Cr\$ 2.100,00, respectivamente, do que ficam isentos na forma da lei. Custas pelo reclamante Manoel Damasceno Sobrinho, calculadas sobre as parcelas julgadas improcedentes, que se arbitram em Cr\$ 1.500,00, na quantia de Cr\$ 93,02, do que fica isento, na forma da Lei. Impõe-se a correção monetária, nos termos do Decreto-Lei 75/66."

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 25 de julho de 1972.

a) Alice Barreiros Dias
Chefe da Secretaria
(G. — Reg. n. 2535)

— *Editorial de Notificação* —
Processo n. 3a. JCJ — 96/72.
Reclamante: José Francisco de Souza.

Reclamado: Platon Engenharia e Comércio Ltda.
Litisoconso: Norcom Ltda.

Pelo presente Edital, notifico o senhor José Francisco de Souza, com endereço incerto e não sabido, reclamante no processo n. 3a. JCJ-96/72, em que é reclamado Platon Engenharia e Comércio Ltda. e litisoconso Norcom Ltda., para comparecer à Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, no próximo dia dezoito (18) de agosto do corrente ano às treze e trinta (13.30) horas, para quando ficou transferida a audiência de instrução relativa aos autos do referido processo.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 4 de agosto de 1972.

a) Alice Barreiros Dias
Chefe da Secretaria
(G. — Reg. n. 2532)

Editorial de Praça, Com o Prazo de 20 Dias

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Lygia Simão Luiz Oliveira.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 5 de setembro de 1972, às 14,15 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por Rai-

no dia 11 de setembro de 1972, às 14,15 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, os bens penhorados na execução movida por Raimundo Baia Paixão, contra Indústria Paranaense de Adubos Ltda., processo 3a. JCJ-42/72, e que são os seguintes:

1 Motor elétrico marca "Tobatta", modelo KNDR-9, n. 25333, para 1.600 rotações por minuto, no estado, avaliado em Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros).

1 Máquina grande tipo caldeira, toda em ferro, não possuindo número e marca, movido a fogo, para beneficiamento de osso, no estado, avaliada em Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 2 de agosto de 1972.

Eu, Amélia Aldina Matos Zygmantas, datilografei. E eu, Alice Barreiros Dias, Chefe de Secretaria, subscrevo.

a) Lygia Simão Luiz Oliveira

Presidente da 3a. JCJ-Belém.
(G. — Reg. n. 2534)

Editorial de Praça, Com o Prazo de 20 Dias

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Lygia Simão Luiz Oliveira.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 5 de setembro de 1972, às 14,15 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por Tufi Assef Mubarac, contra D. Jorge & Irmão, processo n. 3a. JCJ-660/72, e que são os seguintes:

1 Máquina de casear, marca Durhopp Class, 5512W, n. 55105079, côn cinza, dotado c/ um motor marca "Brasil", n. M. 3823265, tipo 33-6, no estado avaliada em ... Cr\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos cruzeiros).

1 Máquina de pregar botões, marca "Lewes Union Special", côn cinza, n. 717192, modelo 200-1, dotado c/um

mundo Melo da Costa, contra Vidros Industriais do Pará, S/A., processo número 3a. JCJ-415/72, e que são os seguintes:

1 Arquivo de aço marca "Marker", de côn cinza, possuindo (4) quatro gavetões, no estado, avaliado em Cr\$ 150,00. (Cento e cinquenta cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 4 de agosto de 1972.

Eu, Amélia Aldina Matos Zygmantas, datilografei. E eu, Alice Barreiros Dias, Chefe de Secretaria, subscrevo.

a) Lygia Simão Luiz Oliveira

Presidente da 3a. JCJ-Belém.
(G. — Reg. n. 2531)

motor elétrico marca "Brasil", n. M. 51390, tipo M. 33-46, no estado, avaliado em Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (Vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 4 de agosto de 1972.

Eu, Amélia Aldina Matos Zygmantas, datilografei. E eu, Alice Barreiros Dias, Chefe de Secretaria, subscrevo.

a) Lygia Simão Luiz Oliveira

Presidente da 3a. JCJ-Belém.
(G. — Reg. n. 2531)

5^a JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELEM EDITAL DE PRAÇA

Prazo de vinte (20) Dias
A Doutora Iracilda Câmara Corrêa, Juiza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da Quinta Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER aos que o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento que no dia treze (13) de setembro de 1972, às dezesseis horas (16,00 hs.), na sede desta 5a. JCJ de Belém, na Travessa D. Pedro I, n. 750, 3o. bloco, 2o. andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, o bem penhorado nos autos do processo de execução n. 5a. JCJ — 20/71, em que é reclamante José Nazareno Moura dos Santos, sendo executante Fazenda Nacional, e reclamada executada Oficina N. S. do Perpétuo Socorro, o qual é o seguinte com a respectiva avaliação:

"Um torno para bancada, marca Somar, funcionamento manual, tamanho 4, no estado, avaliado em Setenta Cruzeiros (Cr\$ 70,00)".

Quem pretender arrematar dito bem poderá examiná-lo no Depósito desta Junta, quando ciente o arrematante

de que por ocasião da praça, deverá garantir o lance com o sinal de vinte por cento (20%) sobre o valor da arrematação.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pela "Imprensa Oficial", e afixado em local de costume na sede desta Junta. Belém, 2 de agosto de 1972. Eu, José Alexandre de Mello Jr., Auxiliar Judiciário PJ-6, datilografei. E eu, Lucinda Irene de Barros Ferreira, Chefe de Secretaria, subscrevi.

Iracilda Câmara Corrêa — Juíza do Trabalho Substituta, no exercício da Presidência da 5a. JCJ de Belém.

(G. Reg. n. 2.527)

5a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM

PORTARIA N. 01/72 — DE 24 DE JULHO DE 1972

O Doutor Eduardo Barbosa Penna Ribeiro, Juiz do Trabalho Substituto, no exercício da Presidência da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, no uso de suas atribuições legais, etc.

Considerando que o Exmo Sr. Dr. Juiz Presidente do Egrégio T.R.T. da 8a. Região autorizou a antecipação de duas horas no horário normal de trabalho dos Auxiliares de Portaria PJ-12. Antonio Mathias Lopes e Francisco Gomes Machado no período de 12.06 a ... 04.09.1972, conforme comunicação feita a esta Junta através do of. TRT — SA — 190/72;

Considerando que esses funcionários estão prestando sua colaboração à Junta, em horário matutino, na atualização de diversos serviços da Secretaria, desde o dia 12 de junho próximo passado;

RESOLVE, de acordo com o item II, combinado com os §§ 1.^a e 2.^o do art. 150 da Lei 1.711 de 1952 e obedecendo às determinações do Decreto 5.662, de 27.12.59. Antecipar de duas horas diárias os serviços dos funcionários Antonio Mathias Lopes e Francisco Gomes Machado, no pe-

riodo de 12.06 a 04.09.1972. De-se Ciência, Cumpra-se e Publique-se.

Eduardo Barbosa Penna Ribeiro — Juiz do Trabalho Substituto.

(G. Reg. n. 2.529)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EDITAL N. 1

Faço público, para conhecimento dos interessados, que o Tribunal Superior do Trabalho, em sessão de 14 de junho do corrente ano, aprovou as anexas Instruções para provimento dos cargos da classe inicial da carreira de Taquígrafo, do Quadro do Pessoal da Secretaria do mesmo Tribunal (Resolução Administrativa n. 45/72).

Brasília, 26 de junho de 1972.

Luis Roberto de Rezende Puech — Presidente da Comissão Examinadora.

Instruções que regulam o Concurso para Provimento em cargos de Classe Inicial da Carreira de Taquígrafo do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho

No concurso serão observados:

I — REQUISITOS:

a — Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b — Não ter menos de 18 anos à data do encerramento das inscrições;

c — Preencher requerimento de inscrição, que obedecerá à fórmula própria, acompanhado dos seguintes documentos:

1o. — certidão de idade do Registro Civil, ou de casamentos, autêntica ou fotocópia conferida (ou pública-forma);

2o. — atestado médico de que não sofre de qualquer doença infecto-contagiosa, de inexistência de defeito físico que impossibilite o candidato para o exercício da função e de perfeito funcionamento do aparelho auditivo (firma reconhecida);

3o. — atestado de vacinação anti-variolítica (firma reconhecida);

4o. — atestado de bons antecedentes, passado por duas pessoas idôneas (firma reconhecida);

5o. — 3 fotografias 3x4 (iguais e recentes) de frente e sem chapéu;

6o. — declaração de aceitar as condições e as normas estipuladas no presente edital.

d — No ato da inscrição devem ser apresentados os seguintes documentos, para anotação:

a — certificado de conclusão do curso secundário (ciclo ginásial, ou equivalente);

b — carteira de identidade;

c — certificado militar (para os candidatos masculinos);

d — título de eleitor.

II — DA INSCRIÇÃO

a — As petições, assinadas pelo candidato, ou seu procurador, deverão ser entregues, de 13 às 16 horas, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (Esplanada dos Tribunais Superiores), exceto aos sábados.

b — Os cartões de identificação serão entregues aos candidatos dez (10) dias após o encerramento das inscrições, desde que tenham sido as mesmas aprovadas pela Comissão Organizadora.

III — DAS PROVAS

a — O concurso constará de provas escritas das seguintes matérias:

1 — Português;

2 — Prova técnica de Taquigrafia — três (3);

3 — Datilografia;

4 — Direitos Administrativo, Constitucional e do Trabalho (processual).

b — As provas serão realizadas em datas e horários previamente anunciados;

c — Não será admitido no recinto de provas os candidatos que não estiverem munidos de cartão de identidade.

PROVA DE PORTUGUÊS

a — **PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS** (nível de dificuldades da 4a. série ginásial), que compreenderá:

I — redação de carta, informação ou ofício, fornecidos os dados.

II — resolução de questões objetivas sobre assuntos do seguinte programa:

1 — Ortografia oficial. Considerantes facultativamente pronunciadas. Persistência de consoantes dobradas. Regras gerais de acentuação gráfica. Quando usar o hifen. Grafia de locuções e partículas. Palavras derivadas de nomes estrangeiros. Emprego dos sufixos ês, esa, ez, eza, isa, iza e das terminações em isar e izar. Divisão silábica na translineação; princípio geral e regras específicas. Iniciais maiúsculas, normas fundamentais. Abreviaturas usadas na redação oficial.

2 — Estrutura das palavras. Formação das palavras: derivação e composição. Correspondência de prefixos gregos e latinos;

3 — Classificação das palavras variáveis. Flexões. Locuções. Vozes verbais. Associações de pronome. Relações expressas pelas preposições.

4 — Concordância nominal e verbal; concordância ideológica. Infinito pessoal flexionado e não flexionado. Infinito pessoal.

5 — Regência. Palavras regentes e palavras regidas. Identificação da regência. Regimes de verbos. Regimes de substantivos e de adjetivos. Crase.

6 — Colocação dos pronomes obliquos, átonos, uso da próclise, ênclide e mesóclise.

7 — Análise sintática. Oração, sujeito, predicado e predicativo. Predicação verbal. Complemento nominal e adverbial. Aposto. Vocativo. Período. Classificação das orações. Orações reduzidas.

8 — Relacionamento da análise sintática com a pontuação.

9 — Significado das palavras: antônimo, sinônimo, homônimo, sentido figurado, Farônimos.

10 — Vícios de linguagem, barbarismo, cacofonia, pregiocismo e solecismo.

Esta prova valerá 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

— Redação, até 50 pontos;
— Questões objetivas, até 50 pontos.

PROVAS TÉCNICAS

1a. — Ditado na velocidade de 105 a 115 palavras por minuto, crescendo na seguinte forma: — 1o. minuto — 105; 2o. — 107; 3o. — 108; 4o. — 109; 5o. — 110; 6o. — 111; 7o. — 112; 8o. — 113; 9o. — 114; e 10o. — 115.

a — Limite de erros, 10% (10) do total das palavras ditadas, que corresponderá ao grau 50 (cinquenta).

b — Para contagem de erros, é adotada a seguinte norma.

1 — Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração do sentido, um (1) erro;

2 — Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração do sentido, meio (0,5) erro;

3 — No caso de concorrência de erros, contar-se-á o número maior de erros — (omissão de cinco palavras e substituição por três erradas);

4 — Erros em mais de uma palavra, desde que consecutivos — um (1) erro;

5 — Erros de português, a critério do examinador, contando-se de meio (0,5) até o máximo de dois (2) erros;

6 — Limite para decifração, 2 (duas) horas;

Adotar-se-á a seguinte tabela de correção:

120 erros — grau 50

96 erros — grau 60

72 erros — grau 70

48 erros — grau 80

24 erros — grau 90

zero erro — grau 100.

NOTA — A Banca Examinadora poderá atribuir graus fracionários aos candidatos que tiverem números de erros que penderem entre uma escala e outra da tabela, não concorrendo à segunda prova os candidatos inabilitados.

2a. — Ditado na velocidade de 115 palavras por minuto, durante cinco minutos.

Na presente prova, observar-se-á a seguinte tabela:

90 erros — grau 50

75 erros — grau 60

57 erros — grau 70

38 erros — grau 80

19 erros — grau 90

zero erro — grau 100.

Límite de decifração, duas (2) horas.

NOTA — A Banca Examinadora poderá atribuir graus fracionários aos candidatos que tiverem números de erros que penderem entre uma escala e outra da tabela, não concorrendo à prova seguinte os candidatos inabilitados.

3a. — Apanhamento taquigráfico numa sessão do Tribunal Pleno, num máximo de 10 (dez) minutos, sem caráter eliminatório, aplicando-se a tabela seguinte:

240 erros — grau 0 (zero)

216 erros — grau 10

192 erros — grau 20

168 erros — grau 30

144 erros — grau 40

120 erros — grau 50

96 erros — grau 60

72 erros — grau 70

48 erros — grau 80

24 erros — grau 90

zero erro — grau 100.

O prazo de decifração será de 60 minutos, para cada 5 minutos.

4a. — DATILOGRAFIA

Cópia de um ofício e um trecho, com 25 linhas cada um, no máximo, em duas etapas, cada uma de 10 minutos.

NOCÕES ELEMENTARES DE DIREITO

DO TRABALHO

a — Organização da Justiça do Trabalho;

b — Composição e funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho;

c — Da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho; organização, competência dos serviços e atribuições do pessoal.

d — Do processo judicial do trabalho em geral.

CONSTITUCIONAL

1 — Organização Federal;

2 — Os Três Poderes da União;

3 — Poder Judiciário;

4 — Ministério Público;

5 — Nacionalidade e Cidadania;

6 — Direitos e garantias individuais;

7 — Princípios norteadores da Legislação do Trabalho;

8 — Funcionários Públicos

ADMINISTRATIVO

a — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;

Disposições preliminares. Provimento e vacância dos cargos públicos (provimento, nomeação, concurso, posse, reintegração, promoção, aproveitamento reversão, substituição, vacância). Direito e vantagens (tempo de serviço, estabilidade, férias, licenças, vencimentos ou remuneração ajuda de custo, diárias, salário-família, auxílio-doença, gratificação, concessões, direitos de petição disponibilidade, aposentadoria). Regime disciplinar (acumulação, deveres, proibições, responsabilidades, penalidades, prisão administrativa, suspensão preventiva). Processo administrativo e sua revisão. Disposições gerais.

30. — Só se admite o uso de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul.

42. — As provas técnicas serão manuscritas, devendo a tradução ser feita, obrigatoriamente, à máquina.

50. — É de dois anos o prazo de validade do concurso, de acordo com o art. 47, § 7º do Regulamento Geral da Secretaria do T.S.T.

60. — No ato da inscrição o candidato pagará a taxa de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros).

70. — A nomeação obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do concurso.

80. — Os casos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

DISPOSIÇÕES GERAIS

10. — As provas terão os seguintes pesos:

a — Português — 2 (dois);

b — Taquigrafia (vel. crescente) — 2 (dois);

c — Taquigrafia (vel. única) — 2 (dois);

d — Taquigrafia (recinto) — 1 (um);

e — Datilografia — 1 (um);

f — Direito — 2 (dois).

20. — As provas ficarão à disposição dos candidatos, para vista, pelo prazo de 24 horas, após o julgamento pela Banca, e antes da identificação. Durante esse prazo serão recebidos os recursos que só poderão versar sobre contagem de pontos, devendo ser mantido o sigilo com relação à identidade dos candidatos.

30. — Só se admite o uso de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul.

42. — As provas técnicas serão manuscritas, devendo a tradução ser feita, obrigatoriamente, à máquina.

50. — É de dois anos o prazo de validade do concurso, de acordo com o art. 47, § 7º do Regulamento Geral da Secretaria do T.S.T.

60. — No ato da inscrição o candidato pagará a taxa de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros).

70. — A nomeação obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do concurso.

80. — Os casos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

(G. Reg. n. 2.529)

EDITAIS JUDICIAIS

JUIZO DE DIREITO DA 9a VARA DO CIVEL E COMERCIO DA COMARCA DE BELÉM *Editorial de Leilão*

O Doutor Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, Juiz de Direito da 9a. Vara do Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará na forma da lei, etc..

Faz saber a todos quantos o presente edital lerem ou dele conhecimento tiverem que no dia doze (12) de setembro do ano de mil nove-

centos e setenta e dois (1972) às onze (11) horas da manhã, à porta do salão deste Juizo, situado no Terceiro andar do Edifício do Palácio da Justiça, na Praça Felipe Patroni,

nesta cidade, serão levados a leilão público os bens adiantate caracterizados, penhorados nos autos da Ação Executiva movida por Esso Brasileira de Petróleo S/A contra Empresa Soares S/A., constante do seguinte:

1. — Terreno edificado nesta cidade sita à Avenida Al-

cindo Cacela, coletado atualmente sob o n. 2119, constando de três lotes interiores ao quarteirão, coletados anteriormente sob os ns. 965, 967 e 969, em forma de polígonos irregulares de oito lados, medindo o primeiro lote .. 6,60m de frente por 57,20m de fundos; o segundo medindo 4,68m de frente por 27,00m de fundos e o terceiro medindo 4,70m de frente por .. 83,00m de fundos, apresentando as seguintes características: terreno todo cimentado, edificado com galpão contendo três divisões de alvenaria e concreto armado, coberto de telhas de fibrocimento assentes sobre estrutura metálica, servindo por esquadrias laterais de ferro e vidro, amplo portão de frente e dois portões laterais menores e edificado ainda com um bomboniera em concreto armado com esquadrias de alumínio, envidraçadas e parte de revestimento em chapas de acrílico e piso em ladrilhos, avaliado em Cr\$ 250.000,00;

2. — Terreno edificado nessa cidade sito à Av. Alcindo Cacela, coletado sob o n. 2141 contíguo ao imóvel de n. 2119, lateral de lote n. 969, medindo 4,75m de frente por 75,40m de fundos, apresentando as seguintes características: casa residencial terrea coberta de telhas de barro comum, servida por porta e janela e frente contendo os seguintes comodos: sala, alcova, corredor, varanda e dois quartos assoalhados com taboas de inferior qualidade; copa, cozinha e sanitários com piso em ladrilhos comuns e ainda pequeno quintal, avaliado em Cr\$ 30.000,00.

E quem quiser arrematar referidos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima designados, ciente de que a venda será feita à vista para quem maior lance oferecer independentemente da avaliação, ou com fiador idoneo de três dias. O arrematante pagará à banca, além do preço de sua arrematação, a comissão do leiloeiro do porto, do escrivão e de mais custas inclusive da Carta de Arrematação. E para

que não se alegue ignorância, mande expedir o presente para ser afixado no local de costume e outros de igual teor para publicação de acordo com a lei. — Dado e passado na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, Ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Eu, Wesley Mota Queiros, escrevente juramentado, no impedimento ocasional da escrivã do Sétimo Ofício do Civil e Comércio da Comarca de Belém este datilografiei e subscrevo.

O Juiz de Direito:
Dr. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim,
Juiz de Direito da 3a. Vara do Civil e Comércio da Comarca de Belém
(Ext. — Reg. n. 3402-Dia: 09.08.72).

Juizo de Direito da 3a. Vara do Civil e do Comércio de

Belém EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO

O Doutor Ossian Corrêa de Almeida, Juiz de Direito da 3a. Vara do Civil e do Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que no dia vinte e dois (22) de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), às onze (11) horas da manhã, à porta do salão desse Juizo, situado no terceiro andar do Edifício do Palácio da Justiça, na Praça Felipe Patrônio, nesta cidade, será levado a leilão público o bem adiante caracterizado, penhorado nos autos da ação executiva movida por Estabelecimentos James Frederick

Clark (Niterói) S/A contra Transportes Belém Lisboa Ltda. constante de: Um ônibus marca Mercedes Benz chassis número 32103505673, motor n. OM 3219190300227, de seis cilindros e de 120 HP, com capacidade para 42 passageiros, avaliado em Cr\$ 15.000,00.

E quem quiser arrematar

referido bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima designados, ciente de que a venda será feita à vista para quem maior lance oferecer independentemente da avaliação ou com fiador idoneo de três dias. O arrematante pagará à banca, além do preço da arrematação, a comissão do porto, do leiloeiro, do escrivão e demais custas inclusive com a Carta de Arrematação. E para que não se alegue ignorância, mande expedir o presente para ser afixado no local de costume e outros de igual teor para publicação na forma da lei. Dado e passado na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, Ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Eu, Wesley Mota Queiros, escrevente juramentado no impedimento ocasional da Escrivã este datilografiei e subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO JUIZO DE DIREITO DA 3a. VARA PENAL DA COMARCA DA CAPITAL

Repartição Criminal

— EDITAL —

O Dr. Arthur de Carvalho Cruz, Juiz de Direito da 3a. Vara Penal, etc...

FAZ SABER aos que lerem este ou dele tomarem conhecimento que pelo 6o. Promotor Público da Capital, foram denunciados: Pedro Alexandre da Silva, solteiro, menor de 18 anos de idade, sem profissão e residência certa, e Geraldo Brito Nogueira, de identidade e residência não conhecidas. E como não foram encontrados para serem citados pessoalmente, expede-se o presente editorial para que os denunciados sob as penas da lei compareçam neste Juízo — Palácio da Justiça — 2o. andar, no dia 28 do corrente, às 10 horas, a fim de serem interrogados no processo crime de furto do qual são acusados.

Cumpre-se.

Repartição Criminal, aos 02 dias do mês de agosto de 1972.

Eu, Maria Mercês da Silva, escrivã o datilografiei e subscrevi.

Dr. Arthur de Carvalho Cruz, Juiz de Direito.

JUSTIÇA FEDERAL

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

1a. Região — Estado do Pará

BOLETIM DA JUSTIÇA

FEDERAL N. 109/72

EXPEDIENTE DOS

DIAS 29 e 30.06.72

JUIZ FEDERAL E DIRETOR DO FORO

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

Dr. Aristides Porto de Medeiros

CHEFE DE SECRETARIA

Dr. Loris Rocha Pereira

GABINETE DO EXMO SR.

DR. JUIZ FEDERAL E

DIRETOR DO FORO

Despachos em Ofícios

e Petições

Of. n. 149/72 — do Agente do

Instituto Brasileiro do Café

Assunto: Informação (solicita)

Ref. o Proc. Crime

DESPACHO: Acusar, atender e arquivar.

Belém, Pa., em 29.06.72. —

a) A. Santiago — Juiz Federal e Diretor do Fórum

Petição de M. Neno

Assunto: Certidão Negativa (solicita)

DESPACHO: Certifique-se o que constar, pagas as custas pelo Supte, à Secretaria.

Belém, Pa., em 30.06.72. —

a) A. Santiago — Juiz Federal

e Diretor do Fórum

Gabinete do Exmo Sr.

DR. JUIZ FEDERAL

Despachos em Ofícios

e Petições

Telex n. 803/72-SA—do Exmo

Sr. Min. Márcio Ribeiro

Assunto: Comunicação (faz)

DESPACHO: Junte-se aos au- tos e dê-se ciência. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Of. n. 92/72 — do Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará Assunto: Certidão (remete) DESPACHO: Junte-se aos au- tos. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Of. n. 83/72 — do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 4a. Vara Cível Assunto: Fotocópias autentica- das (encaminha) DESPACHO: Junte-se aos au- tos. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Of. n. 1.370/72—CAB—DR—PA do Delegado Regional da Polí- cia Federal Assunto: Informação (presta) Ref. Of. 999/72 DESPACHO: Idêntico ao aci- ma Petição de José Maria Santa Brígida (Adv. Dr. Ruy Barata) Assunto: Relaxamento de Au- to de Flagrante (requer) DESPACHO: N. A. Conclu- sos. Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Petição de Produtos Vigor Li- mitada (Adv. Dr. Jamil Moreno Sales). Assunto: Requer o resgate da dívida em 36 meses. DESPACHO: N. A. Conclu- sos Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Petição de Nair Dias de Sou- za (Adv. Dr. Odón Passos de Carvalho) Assunto: Defesa Previa (apre- senta) DESPACHO: Junte-se aos au- tos. Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Petição de Célia Lina Cunha de Melo (Adv. Dr. Claudiônor Vicira) Assunto: Rol de testemunhas (apresenta) DESPACHO: Junte-se aos au- tos, após o que venham-me con- clusos. Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Of. n. 1.370/72—CAB—DR—PA do Superintendente Regional da Polícia Federal Assunto: Remessa de Autos — Ref. Inquérito Policial n. 84/71.	DESPACHO: Ao Dr. Procura- dor Regional da República, para os fins devidos. Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Despachos em Processos N. 4600 — Pedido de Licença para Tratamento de Saúde. Requerente: Waldir Pecen Rollan — Francisco José Rodrigues Chaves e Benito Fernandes DESPACHO: Ouça-se o repre- sentante do Ministério Público. Belém, Pa., em 30.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 2696 — Executivo Fiscal Exequente: A União Federal (Adv. Dr. Paulo Meira) Executado: Eduardo Salazar da Silva DESPACHO: Feitos os recor- lhimentos devidos, conclusos. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4634 — Pedido de Provi- dências Requerente: Elneyson de Sena Muniz (Adv. Dr. José Nazareno Santana Dias) DESPACHO: Paga a taxa ju- diciária, que arbitro em Cr\$ 50,00, conclusos Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4572 — Mandado de Se- gurança Impte: Nelci Lopes Ribeiro e outros. (Adv. Dr. Félix Teixeira Oliveira) Impido: Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará. DESPACHO: Ao parecer do Ministério Público. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 2864 — Ação Executiva Exequente: Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM — (Adv. Dr. Lau- rélio Rocha) Executados: Costa Represen- tações e Comércio Ltda., e Pes- comar — Companhia Nacional de Pesca. (Adv. Dr. Iranilde Pai- va). DESPACHO: Ouça-se o repre- sentante do Ministério Público. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4112 — Ação Criminal (Fal- sa Identidade) Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Paulo Meira) Réu: José Gomes da Silva DESPACHO: Intime-se o ad- vogado indicado à fls. p/ára, no prazo legal, apresentar a de- fesa do acusado, caso assim queira. Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4307 — Executivo Fiscal Exequente: Instituto Nacio- nal de Previdência Social — INPS — (Adv. Dr. Francisco Lamartine Nogueira). Executado: Valdeci Bezerra de Castro (Adv. Dr. Estelio Ca- nava). DESPACHO: O despacho pro- ferido à fls. 29 ainda não foi in- tegralmente cumprido. A Se- crearia.
---	--

a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3668 — Ação Penal (Contrabando)

Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Paulo Meira)

Réus: Renato Guimarães Bentes e outros (Adv. Drs. Carlos Platilha, José Bonifácio Pimentel de Sena, Heliomar Matos e Paulo Lobato Teixeira).

DESPACHO: 1. Prossiga-se. Designo o dia 9 do mês de agosto vindouro, único desimpedido, às 10:00 horas, para a tomada dos depoimentos das testemunhas arroladas à fls. 82, as quais deverão ser notificadas na forma da lei, bem como os acusados, os seus defensores e o representante do Ministério Público 2. Informe o serventuário por meio de certidão nos autos portado por fé, se foram respondidos os expedientes contidos às fls. 72 e 73. 3 Conclusões.

Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4578 — Comunicação de Prisão em Flagrante do Nacional Paulo Roberto Santos

DESPACHO: 1. Reservo-me para apreciar o alegado à fls. 6 verso ua ocasião oportuna. 2. Sejam os presentes autos apensados aos de "habeas corpus" impetrado em favor do paciente e ora em curso neste Juízo.

Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal Sentenças Proferidas

N. 1946 — Executivo Fiscal Exequente: A União Federal (Adv. Dr. Paulo Meira)

Executado: João Luiz dos Reis (Adv. Dr. Walter W. Abege).

Sentença: Estando paga a dívida, como prova a documentação de fls. e fls., Julgo extinta a presente ação movida contra João Luiz dos Reis. Custas na forma da lei P. R. e I.

Belém, Pa., em 29.06.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3704 — Pedido de Provisões

Requerente: Rodovias Setentrionais Brasileiras Ltda (ROSBRAS)

Sentença: Estando paga a dívida, como prova a documentação de fls., Julgo extinta a presente ação movida contra Rodovias Setentrionais Brasileiras Ltda. (ROSBRAS), empresa estabelecida nesta capital. Custas na forma da lei. P. R. e I.

Belém, Pa., em 30.06.72. —

a) A. Santiago — Juiz Federal GABINETE DO EXMO. Sr. DR. JUIZ FEDERAL

SUBSTITUTO

Despachos em Ofícios

e Petições

Telex n. 809/72-SA do Exmo.

Sr. Min. Marcio Ribeiro

Assunto: Comunicação (Faz)

DESPACHO: N. A. Conclusões.

Belém, Pa., em 30.06.72. — a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

N. 4523 — Pedido de Arquivamento de Inquérito Policial

Requerente: Ministério Público Federal (Adv. Dr. Paulo Meira)

Indiciado: Jorge Abraam Age — Inquérito Policial n. 30/72.

DESPACHO: Reitere-se a solicitação de remessa do laudo de exame pericial de que trata o auto de fls. 16, e a que aludem os ofícios de fls. 80 e 82

Belém, Pa., em 30.06.72. — a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

N. 4390 — Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Paulo Meira)

Réus: João da Cunha Maciel e Outros (Adv. Drs. W. Quintanilha Bibas, Pedro Sadil Filho, Odacy Catete, Carlos Pla-silva e Geraldo Albuquerque)

DESPACHO: I — Cumprase o ordenado no despacho de fls. 391, e na última parte do item III do de fls. 462 e verso II — Face ao contido a fls. 483, está prejudicado o pedido de fls. 518. III — Com fundamento

no que dispõem os arts. 261 e 263 do Código de Processo Penal, nomeio para funcionar

como defensor dativo do réu Manoel Mesquita da Rocha Andrade e drutor Francisco Caetano Miléo (Insc. OAB n. F-29, Cart. n. 586, Rua 13 de Maio, 82

C. 601), que servirá sob a fé de seu grau, devendo S. Exa.

ser notificado da presente investidura, e inclusive para oferecimento de alegações preliminares no tridou. IV — Intime-se

Belém, Pa., em 29.06.72. — a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

N. 4612 — Ação Penal (Extorsão)

Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Paulo Meira)

Réu: Waldir Peon Roldan e Ricardo Augusto de Oliveira Ubé

DESPACHO: I — Recebo a denúncia. II — Citem-se os denunciados para se verem processar perante este Juízo, designando a Secretaria dia e hora para as respectivas qualificações e interrogatórios. III — Oficie-se aos Exmos. Srs. Drs. Diretor da Repartição Criminal, Auditor da 8a. Circunscrição Judiciária Militar e Auditor da

Justiça Militar do Estado solicitando-lhes informar se os acusados já sofreram alguma condenação por sentença a tra n s i t a d a em julgado perante tais foros, certificando a Secretaria idêntica circunstância com relação a esta Justiça Federal. No mesmo sentido oficie-se ao Instituto Nacional de Identificação. IV — Conforme se verifica a fls. 125.v, Waldir Peon Roldan foi preso no dia 2.5.72, em decorrência da custódia preventiva que lhe decretou o Exmo. Sr. Dr. Juiz

Federal e Diretor do Fórum (fls. 115/6). Assim, não há razão para deferir o requerido a fls. 347/8. V — Expeça-se novo Mandado para captura de Ricardo

Augusto de Oliveira Ubé, posto que não foi cumprido o de fls. 125, e nem houve revogação da prisão preventiva decretada pelo despacho de fls. 115/6. VI —

Não tendo sido denunciado pelo representante do Ministério Público o Agente Auxiliar de Polícia Federal Benito Fernandes, mando que se expeça em seu favor o competente Alvará de Soltura. VII — Intime-se.

Belém, Pa., em 29.06.72. — a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

N. 4226 — Ação Penal

Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Bernardino Dias)

Réus: Dr. Nelson Maculan e outros.

DESPACHO: Conforme fotocópia anexa,

I — Reiterem-se os termos dos ofícios de fls. 1528, 1555 e 1556, e solicitem-se esclarecimentos acerca do contido no de fls. 1530.

II — Atenda a Secretaria o determinado no item V do despacho de fls. 1500.

III — Cumpra a defesa de Luiz da Silva Nogueira, Rachel Edy de Faria Nogueira e Raymond Theodorico de Moraes o mencionado no despacho de fls. 1569

IV — Junte a defesa de Sebastião de Miranda Lima os originais das peças de fls. 1597 e 1803/9.

V — Cite-se por Edital com o prazo de 15 dias o réu Raimundo Martins da Silva, ora designada a audiência do dia 22 de setembro vindouro, às 10 horas, para a respectiva qualificação e interrogatório.

VI — Não tendo comparecido para serem qualificados e interrogados os réus Antônio Tuffi Mattar, Alix Rodrigues Seabra, João Muniz da Silva, Isaias Francisco da Silva, Genauro José de Arantes, Walter Farias, Mancel Batista Filho e Júlio Pereira da Silva, apesar de regularmente citados (fls. 1399v, 1454 e 1502), declaro-os revésis,

"ex vi" do que preceitua o art. 366 do Código de Processo Penal. Em atendimento à norma dos arts. 261 e 263 da lei penal adjetiva nomeio para funcionar como defensor dativo dos mesmos o doutores Carlos Pra-dedo (Insc. OAB C-58, Cart. n. 913, Av. Gov. José Malcher, 1049 — c/23), que servirá sob

a fé de seu grau, devendo ser notificado da presente investigação, inclusive para o fim a que alude o parágrafo único do art. 396 do CPP.

VII — Junte-se o Telex pelo qual foi comunicada a decisão denegatória do "habeas corpus" impetrado em favor de Ortwin Clitande Harris Cyrus, e de que tratam as peças de fls. 1545 e 1557/1560.

VIII — A vista da respeitável decisão comunicada pelo Telex de fls. 1589, resultante do contido a fls. 1460 e 1463/4, considero excluídos da denúncia os réus Nelson Maculan, Cid de Azevedo Evora e Paulo Cordeiro Arantes.

IX — Forme-se o 6o. volume com as peças subsequentes.

X — Intime-se.

Belém, 30.06.72

Aristides Medeiros

Juiz Federal Substituto

(Ext. Reg. n. 3384 — Dia 9/8/72)

BOLETIM DA JUSTIÇA

FEDERAL N. 121/72

EXPEDIENTE DO

DIA 31.07.1972

JUIZ FEDERAL E DIRETOR

DO FORO

Dr. José Anselmo de Figueiredo

Santiago

DESPACHO: Ouça-se a exequente. Belém, Pa., em 1.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4720 — Reclamação Trabalhista Reclamante: Irineu Manoel da Costa Reclamado: Departamento de Estradas de Rodagem (DER) DESPACHO: Ouça-se o representante do Ministério Público. Belém, Pa., em 1.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4722 — Reclamação Trabalhista Reclamante: José do Carmo Lima Reclamado: Departamento de Estradas de Rodagem (DER) DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 4724 — Reclamação Trabalhista Reclamante: Francisco Alves da Costa Reclamado: Departamento de Estradas de Rodagem (DER) DESPACHO: Idêntico ao acima N. 4726 — Reclamação Trabalhista Reclamante: Miguel Alves da Costa Reclamada: Departamento de Estradas de Rodagem (DER) DESPACHO: Ouça-se o representante do Ministério Público. Belém, Pa., em 1.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4728 — Reclamação Trabalhista Reclamante: Raimundo No. mato de Macedo Reclamada: Departamento de Estradas de Rodagem (DER) DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 1938 — Pedido de Providências Requerente: Ministério P. blico Federal Requerido: Wesley Gueiros DESPACHO: Ouça-se o representante do Ministério Público. Belém, Pa., em 1.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3264 — Agravo de Instrumento Agravante: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA Agravado: Juiz Federal do Estado do Pará DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 3794 — Cíveis de Notificação Requerente: Companhia Bra-	sileira de Alimentos — COBAL — Paulo Meira) Requerido: Walter Orlando Negrão Guimarães DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 4426 — Vistoria com Arbitramento Requerente: A Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos. Requerido: Concel — Construção Decoração Engenharia Ltda. DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 4374 — Ação Executiva Exequente: Caixa Econômica Federal (Adv. Dr. Leonam Cruz) Executado: Agostinho Araujo e Outros. DESPACHO: Ouça-se a exequente. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4160 — Executivo Fiscal Exequente: O Instituto de Previdência Social—INPS (Adv. Dr. Arthur Q. Ferreira). Executado: Paulo Guilherme P. de O. Filho DESPACHO: Idêntico ao acima N. 4285 — Ação Executiva Exequente: Caixa Econômica Federal (Adv. Dr. Leonam Cruz) Executado: Benedito Letpoldo da Silva e Osvaldo da Silva Pereira — Antônio Couto). DESPACHO: Ouça-se o Dr. Procurador Regional da República. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4552 — Ação Criminal (Contrabando) Autora: A Justiça Pública (Adv. Dr. Paulo Meira) Réus: Fernando Bayma Gies- tas e Outros (Advs. Drs. Moacyr Pamplona, Nelson Cunha, Djalma Chaves, Odilson Novo, Ruy Barata). DESPACHO: 1 — A carta rogatória requerida à fls. 1 não pode ser expedida sem a formulação dos quesitos pela parte interessada, a qual na verdade, está desinteressada na diligência, como se depreende da certidão retro da lavra do Sr. Oficial de Justiça. 2 — Designo o dia 21 do mês de setembro vindouro, único desim pedido, às 10 horas, para a audiência de instrução e julgamento, observadas as formalidades legais. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 1068: Ação Declaração Autora: Companhia Amazônia Textil de Anágua (Ada. Dra. Irene M. Azevedo Ré: União Federal (Adv. Dr.	Paulo Meira) DESPACHO: Aguarde-se. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3254 — Reclamação Trabalhista Reclamante: Antônio Rodrigues Chaves (Adv. Dr. Moacyr Pamplona) Reclamada: Escola de Agronomia da Amazônia (Dr. João P. P. Coqueiro) DESPACHO: Arquive-se. Belém, Pa., em 01.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3769 — Interdito Proibitório Requerente: Zuleika Semiramis Fereira Dourado Requerido: A União Federal. DESPACHO: Aguarde-se a manifestação das partes interessadas. Belém, Pa., em 01.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4455 — Reclamação Trabalhista Requerente: Gumerindo Otávio Façanha (Adv. Dr. Odilson Novo). DESPACHO: Contados e Preparados, conclusos. Belém, Pa., em 01.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3394 — Pedido de Providências Requerente: Cairo Lúcio Nasimento DESPACHO: Idêntico ao acima. N. 1386 — Executivo Fiscal Exequente: A União Federal (Adv. Dr. Paulo Meira) Executado: Gilberto de Andrade Lima (Adv. Dr. Benedito Monteiro) DESPACHO: Intime-se os demais advogados, notadamente o Dr. Roberto Simões. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 3569 — Executivo Fiscal Exequente: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS (Adv. Dr. José Maria Frota Róla). Executado: José Miguel Abraão e Outros. (Adv. Dr. José Manoel Reis). DESPACHO: A diligência de fls. 23 continua incompleta. A Secretaria. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4644 — Ação Executiva Exequente: Caixa Econômica Federal (Adv. Dr. Leonam Cruz) Executado: Manoel Teles de Oliveira e Outros. DESPACHO: Citem-se. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal N. 4646 — Ação Executiva Exequente: Caixa Econômica Federal (Adv. Dr. Leonam Cruz) Executados: José Maria da Matta Guerra Chermont, Víctor da Matta Guerra Chermont e Flávio de Carvalho Maroja). DESPACHO: Citem-se. Belém, Pa., em 02.08.72. — a) A. Santiago — Juiz Federal
---	--	--

Boletim Eleitoral

28 - ANO XX

BELEM - QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1972

NUM. 2.689

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Presidente: Des. ANTONIO KOURY

Secretário: JOSÉ MARIA MONTEIRO DAVID

EDITAL N. 235/72
Pedidos de 2.ºs Vias
de Títulos

O Dr. Nelson Silvestre Amorim, Juiz Eleitoral da 29.ª Zona da Comarca de Belém do Estado do Pará, por no meação legal, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa, que este Juízo, DEFERIU, os pedidos de 2.ºs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Nanete Guimarães Vieira, portadora do Título Eleitoral n. 21.807, lotada na 45.ª Secção;

Antero da Silva Castro, inscrito sob o n. 180, lotado na 3.ª Secção;

Ana Maria de Nazaré Bitar Vasconcelos, inscrita sob o n. 53.854, lotada na 116.ª Secção;

Luiz Francisco dos Santos Neto, inscrito sob o n. 49.075, lotado na 179.ª Secção;

Domingos Trindade de Figueiredo, inscrito sob o n. 48.413, lotado na 37.ª Secção;

Onezilda Ribeiro Reis, inscrita sob o n. 9.753, lotada na 138.ª Secção;

Maria de Nazaré Siqueira Valente da Costa, inscrita sob o n. 28.866, lotada na 84.ª Secção;

Raimunda Evangelista de Almeida, inscrito sob o n. 19.776, lotada na 55.ª Secção; Raimundo Nonato de Andrade Pantoja, inscrito sob o n. 10.884, lotado na 32.ª Secção;

Eidina Fernanda Santana Teixeira, inscrito sob o n. 26.019, lotada na 70.ª Secção;

Nilson Nazaré da Mota Leão, inscrito sob o n. 27.362, lotado na 66.ª Secção;

Maria Páscua Sodré da Silva, inscrita sob o n. 53.491, lotada na 96.ª Secção;

Sofia Monteiro, inscrita sob o n. 70.201, lotada na 156.ª Secção;

Joseide de Nazaré Lima Figueiredo, inscrita sob o n. 45.954, lotada na 107.ª Secção; Valdez Barradas Lopes, inscrito sob o n. 38.489, lotado na 102.ª Secção;

Salviano Rui Ferreira Souza, inscrito sob o n. 46.851, lotado na 111.ª Secção;

E, para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Estado do Pará, aos vinte e sete (27) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevá, o subscrevi.

(a) Dr. Nelson Silvestre Amorim, Juiz Eleitoral da 29.ª Zona.

(G. — Reg. n. 2478)

CARTÓRIO ELEITORAL DA 29a. ZONA

EDITAL N. 237/72

Pedidos de Transferências

O Dr. Nelson Silvestre Amorim, Juiz Eleitoral da 29.ª Zona da Comarca de Belém do Estado do Pará, por no meação legal, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa, que os eleitores:

Evilásio Crescencio da Costa, portador do Título eleitoral n. 645, da 7a. Zona de Abacatuba-Pará; Carmencita de Siqueira Corrêa, portadora do Título eleitoral n. 29.322, da 1a. Zona de Belém-Pará; Ma-

ria Bentes da Silva, portadora do Título eleitoral n. 4089, da 30a. Zona de Barcarena-Pará; José-Nazaré Oliveira da Costa, portador do Título eleitoral n. 54.206, da 176a. Zona de Guarulhos-S. Paulo;

Maria do Carmo de Barros, portadora do Título eleitoral n. 33.407, da 52a. Zona de Recife-Pernambuco; Vitor Soares da Silva, portador do Título eleitoral n. 25.628, da 25a. Zona de Ourém-Pará; Elvira Teixeira-Farias Soares, portadora do Título eleitoral n. 12.972, da 11a. Zona de S. Domingos do Capim-Pará; Manoel Presentino da Silva, portador do Título eleitoral n. 4.020, da 25a. Zona de Ca-

panema-Pará; Inácia Costa Cordovil, portadora do Título eleitoral n. 6.809, da 9a. Zona de Curuçá-Pará; Edgar da Silva Cavalcante, portador do Título eleitoral n. 131.945, da 5a. Zona da Guanabara-Pará; Aurea dos Santos Carnaúba, portadora do Título eleitoral n. 1813, da 5a. Zona de Igarapé-Açu-Pará; Anedic Cândida de Jesus, portadora do Título eleitoral n. 21910, da 18a. Zona de Jataí-Goiás;

Rosa Tamanini, portadora do Título Eleitoral n. 55803, da 1a. Zona de Goianá-Goiás; Raimunda Marques Montalvão, portadora do Título Eleitoral n. 6.189, da 31a. Zona de Santarém-Pará; e Antonio Ferreira Malheiros Prado, portador do Título Eleitoral da 4a. Zona de Santana-S. Paulo, solicitaram as trans

ferências de seus Títulos Eleitorais para esta 29a. Zona de acordo com a Lei Eleitoral.

E, para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Estado do Pará, aos (28) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972). Eu,

Fanny Carmen Matós, escrevá, o datilografiei e subscrevi.

a) NELSON SILVESTRE AMORIM — Juiz Eleitoral da 29a. Zona.

(G. Reg. — n. 2524)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

DO PARÁ

OPUSCULO A VENDA NO ARQUIVO

DA IMPRENSA OFICIAL

Preço: Cr\$ 6,00

Diário da Assembléia

— ANO XX

BELEM -- QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1972

NUM. 1 733 — 29

Presidente: Dr. ARNALDO CORRÊA PRADO

DECRETO LEGISLATIVO
N. 8/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará estatui e a mesa promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Concede o título honorífico de "HONRA AO MÉRITO", ao Exmo. Sr. ERICK DE CARVALHO e dá outras providências.

Art. 1º — Fica concedido o título honorífico de "HONRA AO MÉRITO" ao Exmo. Sr. ERICK DE CARVALHO, Presidente da VARIG, pelos reais e benéficos serviços que tem prestado ao Pará através de sua atuação como homem de alta visão empresarial.

Art. 2º — A entrega do referido título será procedida em sessão solene da Assembléia Legislativa.

Art. 3º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Legislativo, Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 30 de junho de 1972.

Deputado ARNALDO CORRÊA PRADO
Presidente

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício
Deputado Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário, em exercício
(G. Reg. n. 2509)

DECRETO LEGISLATIVO
N. 27/72

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:

Conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749 de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios),

cionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), dois (2) meses de licença especial a Iolanda Miranda Kibeiro, ocupante do cargo de "Auxiliar de Taquigrafia", da Assembléia Legislativa, a partir do dia 17.07 a 15.09.72, correspondente ao decênio de 15.03.61 a 15.03.71.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 14 de julho de 1972

Arnaldo Prado
Presidente
José Elias Emin
1º Secretário, em exercício
Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário
(G. — Reg. n. 2543).

DECRETO LEGISLATIVO
N. 28/72

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:
Conceder, de acordo com o art. 115, da Lei n. 749, de 24.12.1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), dois (2) anos de licença para tratar de interesse particular a partir de 12.07.72 a 12.07.74, a Rosa Maria Barbosa Chaves, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de "Datilógrafo".

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 01 de agosto de 1972

Arnaldo Prado
Presidente
José Elias Emin
1º Secretário
Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário
(G. — Reg. n. 2543).

DECRETO LEGISLATIVO
N. 27/72

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:

Conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749 de 24.12.53 (Estatuto dos Fun-

DECRETO LEGISLATIVO
N. 29/72
O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:

Conceder à funcionária Roseliide Chaves de Almeida, ocupante do cargo de "Oficial Escriturário", desta Assembléia Legislativa, trinta (30) dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, de conformidade com o art. 98, da Lei n. 749, de 24.12.1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), a partir de 05.07 a 03.08.1972.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 01 de agosto de 1972

Arnaldo Prado
Presidente
José Elias Emin
1º Secretário
Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário
(G. — Reg. n. 2543).

DECRETO LEGISLATIVO
N. 30/72

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:

Conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749 de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), seis (6) meses de licença especial a Pedro Moraes da Silva, ocupante do cargo de "Re-

visor de Debates Parlamentares", desta Assembléia Legislativa, a partir de 01.08.72 a 28.01.73, correspondente ao decênio de 1961 a 1971.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 01 de agosto de 1972

Arnaldo Prado
Presidente
José Elias Emin
1º Secretário
Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário
(G. — Reg. n. 2543).

DECRETO LEGISLATIVO
N. 31/72

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

RESOLVE:

Conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), um (1) ano de licença para tratamento de interesse particular, a partir do dia 01.07.72 a 01.07.73, a Lauro Menezes Fernandez, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de "Datilógrafo".

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 01 de agosto de 1972

ARNALDO PRADO
Presidente
José Elias Emin
1º Secretário
Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário
(G. — Reg. n. 2543).

RESOLUÇÃO N. 02 — DE 21 de 1972.
DE JULHO DE 1972

Dispõe sobre a representação da Assembléia Legislativa do Pará ao VIII Congresso Nacional de Municípios e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará estatui a seguinte

R E S O L U C A O :

Art. 1.º — A Assembléia Legislativa do Estado do Pará será representada por uma delegação de Cinco (5) Deputados ao VIII Congresso Nacional de Municípios que terá por sede o Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, no período de 7 a 12 de agosto do corrente ano, quando serão debatidas TESES Municipalistas de caráter local, regional e nacional.

Art. 2.º — As despesas oriundas com o Transporte e a hospedagem da delegação oficial deste Poder correrão à Conta da dotação já existente no orçamento análtico da Assembléia Legislativa, exercício de 1972.

Art. 3.º — A delegação será designada pelo Presidente da Assembléia Legislativa em coordenação com as lideranças partidárias da Casa.

Parágrafo Único — A mesma delegação tomará parte no "Encontro Estadual de Prefeitos e Vereadores", a ser promovido, nesta Capital, entre 25 e 30 do corrente, pelo Governo do Estado, IDESP e Associação dos Municípios do Pará, devendo levar estudos e proposições à consideração do Plenário da citada reunião municipalista.

Art. 4.º — Ao final do "Encontro e do Congresso Nacional de Municípios" a delegação apresentará circunstanciado relatório do Plenário da Casa dando conta da missão que, ora está sendo outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

Art. 5.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 21 de junho

de 1972.

**Deputado ARNALDO CORRÉA
PRAZO**
Presidente

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício

Deputado Paulo Imbiriba Lisboa
2º Secretário, em exercício

PORTARIA N. 158 DE 1 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado José Elias Emin, 1º Secretário em exercício da Assembléia Legislativa do Estado, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o art. 145 da Lei n. 749 de ... 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), ao funcionário desta Assembléia Legislativa Raimundo Nonato de Carvalho, ocupante do cargo de "Motorista", a gratificação de quinze ... (15%) por cento sobre os respectivos vencimentos, a partir do mês de junho de 1972, por ter completado vinte anos de serviço público.

Cumpra-se registre-se e publique-se.

Gabinete do 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, 1 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício

Processo n. 2.000 de 5 de julho de 1972.

(G. — Reg. n. 2468)

PORTARIA N. 159, DE 01.08.72

O Exmo. Sr. Deputado Jose Elias Emin, 1º Secretário em exercício da Assembléia Legislativa do Estado, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o art. 145 da Lei n. 749, de ... 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios), ao funcionário José Henrique da Silva, ocupante do cargo de "Datilógrafo", a gratificação adicional de dez (10%) por cento sobre os

respectivos vencimentos, a partir do mês de julho do ano de 1972, por ter completado dez anos de serviço público.

Cumpra-se, Registre-se e publique-se.

Gabinete do 1º Secretário, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 1 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício

Processo n. 2127, de 27 de julho de 1972.

(G. — Reg. n. 2468)

PORTARIA N. 160 — DE 01 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado José Elias Emin, 1º Secretário, em exercício da Assembléia Legislativa do Estado, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

FAZER CESSIONAR, os efeitos da Portaria n. 87/72, que designou o funcionário Pedro Moraes da Silva, para Secretariar a Comissão de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura desta Assembléia Legislativa.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Gabinete do 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 01 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício

(G. Reg. n. 2.468)

PORTARIA N. 161 — DE 01 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado Jose Elias Emin, 1º Secretário em exercício da Assembléia Legislativa do Estado, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, o funcionário Edmo Maues Rangel, para Secretariar a Comissão de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura, desta Assembléia Legislativa a partir de 01.08.72.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se

Gabinete do 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 01 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin
1º Secretário, em exercício

PORTARIA N. 162, DE 03 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado José Elias Emin, 1º Secretário em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

Processo n. 2127, de 27 de julho de 1972.

(G. — Reg. n. 2468)

PORTARIA N. 160 — DE 01 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado José Elias Emin, 1º Secretário, em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Fazer cessar a partir do dia 26.07.72 os efeitos da Portaria n. 138/72, que designou a funcionária Maria de Lourdes Costa Correa, para responder pelo cargo de "Assessor da Comissão de Finanças", enquanto perdurou o impedimento da titular Maria Elisa Viana.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 03 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin

1º Secretário, em exercício

(G. — Reg. n. 2544)

PORTARIA N. 163, DE 04 DE AGOSTO DE 1972

O Exmo. Sr. Deputado José Elias Emin, 1º Secretário em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Fazer cessar a partir do dia 04.08.72 os efeitos da Portaria n. 147/72, que designou a Funcionária Hilma Tamagão Lopes de Noronha, para responder pelo cargo de "Chefe do Setor de Taquigrafia", enquanto perdurou o impedimento da titular Lucivalva Maria Paulo de Oliveira.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 03 de agosto de 1972.

Deputado José Elias Emin

1º Secretário, em exercício

(G. — Reg. n. 2545)